

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

RELATÓRIO
DE ACTIVIDADES



Índice:

1. Nota Introdutória	3
2. Enquadramento Estratégico	6
2.1. Missão.....	6
2.2. Objectivos Estratégicos.....	6
3. Relatório das Actividades desenvolvidas, por Unidade Orgânica	7
3.1. Unidades Orgânicas Operacionais.....	7
3.1.1. Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional.....	7
3.1.2. Direcção de Serviços de Ordenamento do Território	12
3.1.3. Direcção de Serviços de Ambiente	18
3.1.4. Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e às Autarquias Locais	25
3.1.5. Direcção de Serviços de Fiscalização	31
3.2. Unidade Orgânica transversal.....	32
3.2.1 Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira..	32
3.3 Divisões Sub Regionais	44
3.3.1. Aveiro.....	44
3.3.2. Castelo Branco	48
3.3.3. Guarda.....	51
3.3.4. Leiria	56
3.3.5. Viseu.....	59
3.4 PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	63
3.5 Unidades Operacionais transitórias	65
3.5.1. Direcção de Serviços de Águas Interiores	65
3.5.2. Direcção de Serviços do Litoral	67
4. Recursos.....	70
4.1. Recursos Humanos.....	70
4.2. Recursos Financeiros.....	71
4.3. Recursos Patrimoniais	76

1. Nota Introdutória

Em 2007 a CCDRC conheceu uma nova orgânica, com a publicação do DL nº134/2007, de 27 de Abril, que definiu a sua missão, atribuições e tipo de organização interna. A Portaria 528/2007, de 30 de Abril, veio estabelecer a estrutura nuclear dos serviços e as respectivas unidades orgânicas. A arquitectura organizacional da CCDR ficou completa com a publicação do Despacho n.º 16 709/2007, que definiu a sua estrutura flexível.

Desta forma, a fusão operada em 2003, entre as então CCRC – Comissão de Coordenação Regional do Centro e DRAOTC – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro, foi, finalmente, concretizada com a adopção de uma estrutura organizacional que, contudo, ainda contém duas situações transitórias: duas estruturas nucleares que a integram, até à data de cessação do regime de instalação das Administrações de Região Hidrográfica (cfr. art.º 16º do citado DL) e os Gabinete de Apoio Técnicos, cuja extinção está previsto ocorrer até 30 de Junho de 2008, data até à qual se mantêm na dependência da CCDR (cfr. art.º 17º do mesmo diploma).

Este relatório será organizado em função desta nova orgânica, sendo as actividades realizadas nas unidades orgânicas da anterior organização, contempladas no âmbito daquelas em que foram integradas com o novo diploma.

Relativamente às duas situações transitórias identificadas, importa sublinhar alguns aspectos que se traduziram, em 2007, num volume não despidendo de actividade desenvolvida.

A Comissão Instaladora da ARH Centro, que foi nomeada em Setembro, está instalada na CCDRC e para o desenvolvimento do seu trabalho tem solicitado toda a informação aos serviços da CCDR. Como esta foi definida como uma prioridade pela tutela, o fornecimento urgente de todos os elementos solicitados tem merecido a maior prioridade por parte da Presidência da CCDR que tem, para esse efeito, mobilizado os recursos necessários nos diversos serviços da CCDR, designadamente a Divisão de Organização e Recursos Humanos e a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial.

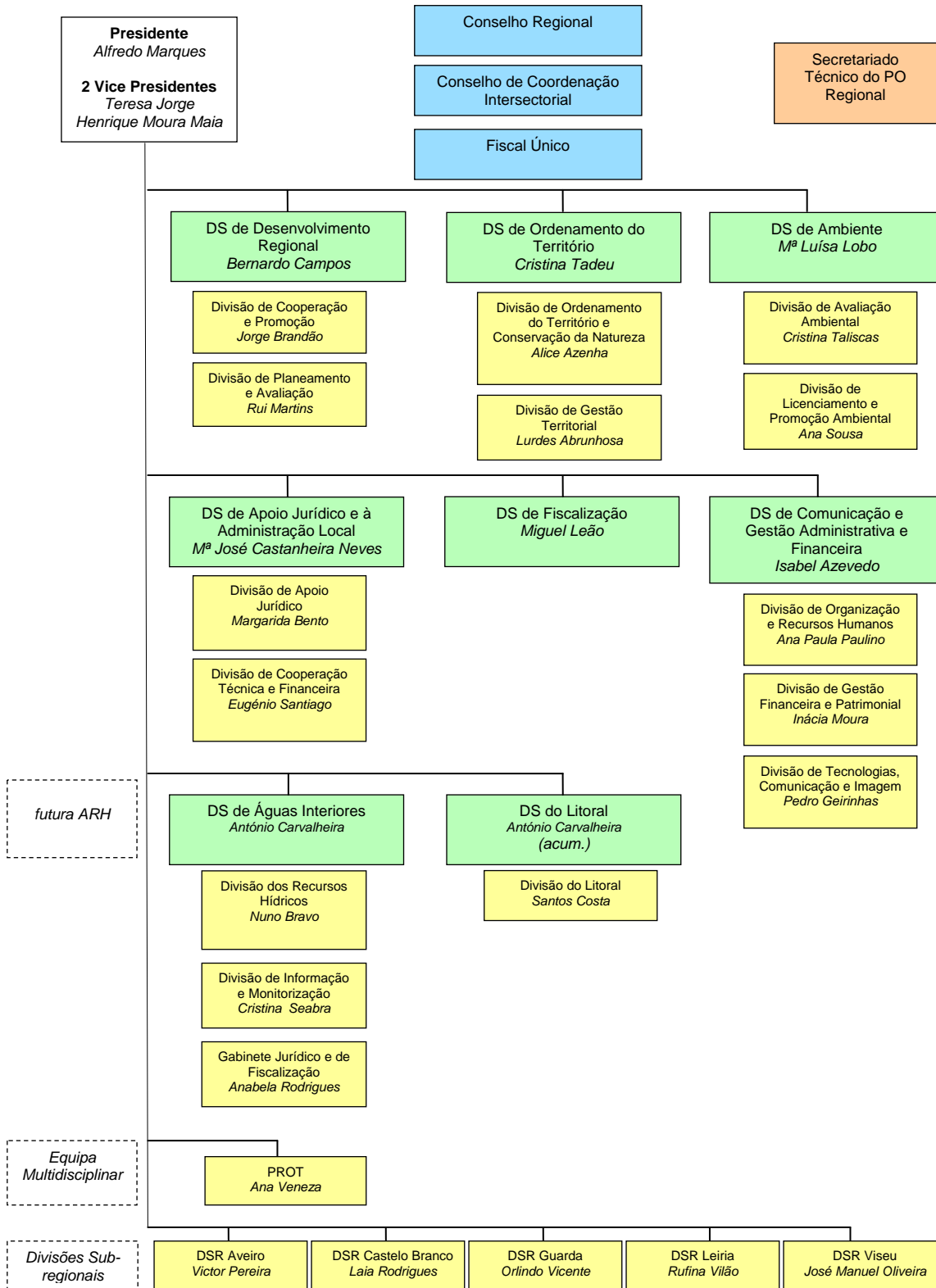
A extinção dos GAT prevista, como já foi referido, no DL nº134/2007, de 27 de Abril, carece de um diploma próprio que definirá as condições em que esse processo ocorrerá, designadamente no que diz respeito aos recursos humanos que ainda fizerem parte do Quadro de Pessoal dos GAT. Durante 2007, contudo, a CCDR recebeu mandato da tutela para ir procedendo ao enceramento dos Gabinetes, encontrando as soluções possíveis para os respectivos recursos humanos e materiais.

Esse trabalho foi desenvolvido ao nível da Presidência, que manteve reuniões com os Presidentes de Câmara dos Agrupamentos de Municípios dos diferentes GAT, e operacionalizado pela DSCGAF, sobretudo relativamente às pessoas e ao arquivo. Até ao final do ano estavam encerrados 10 dos 16 GAT existentes na região.

Cabe, ainda, uma referência aos Programas Operacionais Regionais do Centro, no âmbito do QCAIII, e no âmbito do QREN. Este último, aprovado em Outubro pela Comissão Europeia, foi lançado no último trimestre do ano, tendo a primeira Comissão de Acompanhamento, que aprovou os critérios de selecção dos primeiros regulamentos aprovados, criando assim as condições para as primeiras aberturas de concurso, tido lugar em 13 de Novembro. Os primeiros concursos foram abertos a 15 de Novembro e até ao final do ano tinham aberto 9.

Num caso, como no outro, as respectivas estruturas de gestão estão a elaborar os Relatórios de execução relativos ao ano de 2007, sendo estes documentos objecto de aprovação pelas respectivas Comissões de Acompanhamento (o que se prevê acontecer durante o 1º semestre de 2008). Dado o peso que estas actividades têm na CCDRC, pela sua importância para a Região e pelo número de funcionários da Comissão que estão afectas àquelas estruturas, os Relatórios de execução referidos constituirão anexo do presente documento quando forem documentos aprovados.

Nova orgânica da CCDRC



2. Enquadramento Estratégico

2.1. Missão

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), organismo desconcentrado do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUTE II Centro, promover a actuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

Cabe, assim, à CCDRC assegurar a prestação eficiente dos serviços no seu âmbito de actuação, colocando-os na linha da racionalização e modernização dos serviços públicos e actuando com a necessária competência técnica para se tornar um instrumento eficaz da acção governativa. Por outro lado, cabe-lhe estimular e promover os agentes e as actividades regionais, contribuindo para a prossecução dos grandes desígnios da coesão do espaço regional e nacional e para o reforço da competitividade em torno da valorização dos recursos regionais e da promoção da inovação.

2.2. Objectivos Estratégicos

No plano estratégico, a acção da CCDRC orienta-se no sentido de:

- Melhorar a articulação dos territórios e das instituições da região, designadamente as autarquias locais, e qualificá-los no sentido do reforço da competitividade e da coesão regionais;
- Promover o investimento produtivo na região, assumindo uma atitude proactiva de captação de investimentos no quadro nacional e também do exterior, e promover a gestão e o acompanhamento dos investimentos regionais;
- Reforçar a integração da região em espaços e redes internacionais, propiciadoras de experiências de cooperação e *benchmarking*, nas áreas de actuação da CCDRC;
- Integrar a região nas bases programáticas de ordenamento do território e capacitá-la para uma gestão adequada do uso do solo e dos recursos do território;

- Melhorar a qualidade ambiental da região, garantindo a aplicação eficaz dos instrumentos e da legislação de salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais;
- Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos pelo uso crescente das tecnologias da informação e da comunicação, pela racionalização dos procedimentos, pela criação de melhores condições de trabalho e pelo reforço das competências profissionais dos recursos humanos, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e à redução dos custos para os utilizadores, bem como ao aumento da transparência nas relações com a sociedade civil.

3. Relatório das Actividades desenvolvidas, por Unidade Orgânica

3.1. Unidades Orgânicas Operacionais

3.1.1. Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

As actividades desenvolvidas pela Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional (com a designação anterior, até Abril de 2007, de Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento), durante o ano de 2007, podem ser organizadas em seis grandes áreas:

- a) estruturação do PO Regional
- b) participação em órgãos de outras instituições
- c) programas e projectos
- d) construção da bateria de indicadores para Observatório das Dinâmicas Regionais e estudos
- e) PROT
- f) Cooperação e promoção regional (Divisão de Cooperação e Promoção)
 - f.1.) - gestão do INTERREG IIIA (2000-2006)
 - f.2.) - animação da cooperação transfronteiriça com as regiões espanholas de Castilla y León e Extremadura
 - f.3.) - promoção da cooperação transnacional e interregional

a) Estruturação do PO Regional

A actividade desenvolvida nesta área prendeu-se com os seguintes contributos:

- conteúdo do próprio PO, em especial na elaboração de textos relativos ao processo de convergência regional
- construção de indicadores para o PO (elaboração de matrizes de indicadores: 2)
- participação em actividades de divulgação do POR, quer da iniciativa da CCDRC quer de outras entidades (participação em 11 iniciativas deste tipo)
- exercício de proactividade e de seguimento de trabalhos de fundamentação dos “clusters” das “indústrias do mar”, da “Saúde e biotecnologia” e do Habitat”.

b) Participação em órgãos de outras instituições

A CCDRC participa em organismos de outras instituições – das quais se destacam as seguintes:

- Comissões Regionais das Regiões de Turismo (8 reuniões)
- Centros Distritais da Segurança Social (4 reuniões)
- ITPM
- ATC (2 reuniões)

c) Programas e projectos

Tratou-se basicamente de fazer a gestão do Programa Regional de Acções Inovadoras – 2ª fase: iCentro. Assim, foram apreciadas mais de cem candidaturas (106), tendo sido aprovadas 18, com um montante de investimento elegível de cerca de 2,5 M de € a que corresponde uma afectação FEDER de 1,88 M €. AS candidaturas ocorreram por duas fases.

Dos oito projectos aprovados na 1ª fase procedeu-se a uma acção de controle sobre a execução dos mesmos.

d) Construção da bateria de indicadores para Observatório das Dinâmicas Regionais e estudos

Basicamente cabem aqui referências a três componentes:

- identificação das variáveis e respectivas fontes de informação e dos indicadores que “alimentarão” o futuro Observatório das Dinâmicas Regionais
- recolha da informação regionalizada (e sectorializada) da proposta de PIDDAC para 2007

- dois trabalhos que constituem uma primeira abordagem aos núcleos de produção artesanal da região.

e) *PROT*

No âmbito do PROT a DS acompanhou em 2007 as actividades relativas a três domínios:

- turismo
- desenvolvimento rural
- acessibilidades e transporte.

Nestas circunstâncias, para além das actividades ligadas ao acompanhamento da realização dos trabalhos por parte das equipas sectoriais, participou-se nas duas reuniões da CMC, em 4 reuniões das CMC temáticas, bem como em reuniões sectoriais – turismo (2) e desenvolvimento rural (2).

f) *Cooperação e promoção regional*

f.1.) Gestão do INTERREG IIIA (2000-2006)

No âmbito da gestão conjunta dos Subprogramas que envolvem a Região Centro: SP3 Centro – Castilla y León e SP4 Centro- Alentejo – Extremadura, foram realizadas as seguintes acções:

- validação das despesas dos parceiros da Região Centro;
- participação nas reuniões dos órgãos de gestão do programa (Comité de Acompanhamento e Comité de Gestão Conjunto, 5 e 6 de Julho, Cáceres);
- realização de tarefas decorrentes da função de Secretariado Técnico Conjunto do programa na Região Centro, acompanhando os projectos cujo Chefe de Fila é da Região Centro (alterações aos projectos, registo de pedidos de pagamento, validação de relatórios finais).

f.2) Animação da cooperação transfronteiriça com as regiões espanholas de Castilla y León e Extremadura

No âmbito da cooperação transfronteiriça, a actividade da Divisão centrou-se na animação das Comunidades de Trabalho Centro-Castilla y León e Centro-Extremadura, através do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT), realizando as seguintes acções:

Comunidade de Trabalho Centro-Castilla y León

- foram contratados os peritos portugueses para trabalhar no projecto MIT e foi elaborado o respectivo folheto;
- foi prestado apoio e informação às entidades do Centro e de Castilla y León que o solicitaram;
- foi feita a gestão administrativa e financeira dos projectos do GIT financiado pelo INTERREG IIIA.

Comunidade de Trabalho Centro-Extremadura

- foi realizado o seminário « **Cooperação e Desenvolvimento Sustentável no Tejo Internacional** », que decorreu em Vila Velha de Ródão, 27 e 28 de Fevereiro. Este seminário teve por objectivo lançar a estratégia de trabalho à volta do troço internacional do rio Tejo, abordando 4 temas: conservação da natureza, desenvolvimento local/municipal, turismo da natureza e economia rural. Durante o ano foram realizadas reuniões de trabalho temáticas no sentido de preparar projectos conjuntos.
- foi realizada uma reunião alargada na área da inovação e tecnologia, com as entidades do sistema científico e tecnológico das 3 regiões (Centro, Alentejo e Extremadura), no sentido de lançar a cooperação nesta área;
- foi feita a gestão administrativa e financeira dos projectos do GIT financiado pelo INTERREG IIIA.

f.3) - promoção da cooperação transnacional e interregional

A actividade da Divisão no âmbito da cooperação transnacional e interregional relacionou-se fortemente com a participação da CCDRC em associações europeias de regiões (CRPM e ARFE). Durante este ano concretizaram-se as seguintes acções:

- a CCDRC aderiu formalmente à Associação das Regiões de Fronteira da Europa (ARFE). Neste contexto a DCP participou numa reunião da Comissão Executiva, em Trujillo (a 29 de Março), tendo passado a acompanhar mais de perto as iniciativas daquela estrutura associativa;
- a CCDRC (através da Eng. Alda Reis) participou em diversos eventos promovidos pela CRPM: reunião da Mesa Política da Comissão Arco Atlântico (Avilés, 26 de Fevereiro), Seminário «Políticas marítimas e globalização» (Terceira - Açores, 9 e 10 de Julho) e

Seminário «Os portos e o transporte marítimo» e na Assembleia-Geral da Comissão Arco Atlântico, (Gijón - Astúrias, 19 e 20 de Novembro);

- a CCDRC acolheu e colaborou na organização do Conselho Científico da CRPM sobre “O futuro da PAC e o lugar das regiões” (Buçaco, 31 de Maio e 1 de Junho).

A actividade da Divisão também se relacionou com a divulgação, junto da região e dos seus actores, das oportunidades de apoio através dos programas de cooperação territorial. Neste sentido foram realizadas as seguintes acções:

- foi concretizado o seminário « A Cooperação Internacional no Centro: da IC INTERREG III à Cooperação Territorial Europeia», que decorreu no auditório da CCDRC, a 29 de Maio;
- foram divulgado, através de *mailings* (electrónicos) e no site da CCDRC, a aprovação dos diferentes programas de CTE que envolvem a Região Centro e os seus eventos de lançamento;
- participou-se nos eventos de lançamento do INTERREG IVC (Lisboa, em Novembro), do ESPAÇO ATLÂNTICO (Porto, 14 de Dezembro).
- na medida em que a CCDRC é membro do Comité de Acompanhamento do SUDOESTE EUROPEU, participou-se na primeira reunião daquele órgão (Toulouse, 11 de Dezembro) e no primeiro seminário temático do programa intitulado «Ambiente e Desenvolvimento sustentável» (Toulouse, 8 e 9 de Novembro), com uma apresentação sobre «Ambiente e Desenvolvimento sustentável: factor de diferenciação do Sudoeste Europeu?»;
- foi prestado apoio a diferentes entidades que abordaram a Divisão, com pedidos de esclarecimentos, informações, etc., quer através de reuniões, quer através de contactos telefónicos e por *mail*.

Esta actividade relaciona-se ainda com a concretização de projectos em que a própria CCDRC é parceira. Neste contexto, dois projectos estiveram em execução em 2007:

CIIPRCP: Cooperação internacional e interregional e promoção da Região Centro de Portugal

Financiado pelo Programa Operacional Regional 2000-2006, tem por objectivos dar visibilidade e afirmar a região, estabelecer as parcerias que promovam a internacionalização, promover a troca de experiências e o *benchmarking* e definir prioridades e estratégias para o desenvolvimento regional. As acções concretizadas durante o ano foram:

- edição de «Manual de aplicação do PORTA NATURA»;
- edição da monografia «Mármore e calcários de Portugal»;
- edição de agenda da CCDRC 2008;
- participação na organização da representação portuguesa ao OPEN DAYS 2007, promovido pela Comissão Europeia. A CCDRC participou directamente através de uma apresentação do seu Presidente no seminário «Implementing business support schemes at regional level».
- participação na Conferência Internacional sob o tema “The Equal way to Entrepreneurship” (EQUAL).

TERRITORIA: Uma nova orientação para a Política de desenvolvimento dos territórios rurais

Projecto financiado pelo programa Sudoeste Europeu 2000-2006, teve por objectivo apoiar a CCDRC na definição de políticas integradas para os seus espaços rurais. As acções concretizadas durante o ano foram:

- apoio à gestão administrativa e financeira do projecto.
- actualização do site do projecto;
- encerramento administrativo e financeiro do projecto.

3.1.2. Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

As alterações na orgânica das tiveram consequências relevantes nesta Direcção de Serviços: foi criada a DSOT que substituiu a DSGT e foram criadas as duas Divisões que a constituem: a Divisão do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza (DOTCN) e a Divisão de Gestão do Território (DGT).

De sublinhar que, durante o ano de 2007, se registaram alterações legislativas na área do OT, muito significativas, seja na área dos planos, seja na gestão do território.

Como principais actividades da DSOT, que à frente detalhamos, destacam-se:

- - o acompanhamento de todos os IGT da região centro (seja directamente, seja por via das DSRs);
 - - o acompanhamento de revisões, alterações e suspensões de PMOT;

- - a colaboração com as Autarquias Locais, no estabelecimento de medidas preventivas;
- - a delimitação da REN, no âmbito da alteração dos PMOT;
- - a Avaliação Ambiental Estratégica de Planos;
- - a emissão de pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do território, nomeadamente: estabelecimentos industriais, pedreiras, empreendimentos turísticos, instalações desportivas de uso público, conjuntos comerciais, suiniculturas, medidas preventivas entre outros;
- - a emissão de pareceres/autorizações, no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN);
- - o encaminhamento de processos de Reconhecimento de Interesse Público (RIP), ao Gabinete do SEOTC, no âmbito do RJREN;
- - a participação em vistorias de terrenos destinados a cemitérios;
- - a análise de reclamações e exposições;
- - o acompanhamento de processos relacionados com a Reserva Agrícola Nacional (RAN), que inclui a participação de dois representantes da CCDR, na CRRA (Comissão Regional da Reserva Agrícola).

Há ainda a destacar a cobrança de taxas, a recepção, registo, encaminhamento de toda a correspondência, a elaboração de ofícios, notas de serviço, informações internas, fax e arquivo de documentação.

De referir, também, a apreciação e emissão de parecer a propostas de novos diplomas legais ou de alterações legislativas.

De entre a actividade da DSOT destacam-se também as colaborações/contributos a outras Unidades Orgânicas da CCDR, nomeadamente quanto a Avaliações de Impacte Ambiental, licenciamento de Recursos Hídricos, ou outros.

Apresenta-se a contabilização dos vários processos, por tipologia e por área de intervenção, abrangida pelas Divisões Sub-Regionais respectivas, sendo que Coimbra corresponde à área do distrito.

Tipologias	Processos Criados em 2007							Processos Modificados em 2007							TOTAL
	Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total	Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total	
Construções várias (pecuárias)	12	14	20	5	7	3	61	8	3	5	4	11	1	32	93
Construções Comerciais	2	4	1	2	4	4	17	6	5	2	2	3		18	35
Construções Habitacionais	24	35	49	11	14	4	137	18	11	18	3	3	4	57	194
Construções não especificadas	12	12	21	4	8	5	62	5	1	9	2	1	2	20	82
Diversos	2		13	1	5	3	24	2		1		1		4	28
Equipamentos Turísticos	10	4	12	7	3	1	37	9	7	14	6	6	1	43	80
Cemitérios	3		3	1	1	1	9	1		3		1		5	14
Equipamentos	10	21	41	15	14	4	105	24	19	33	22	10	11	119	224
Zonas Verdes	1	2	4	2	1		10	1		1	2		1	5	15
Indústrias	28	5	21	3	37	13	107	46	7	13	7	47	10	130	237
Pedreiras	1	1	3	2	9	6	22	4	4	13	5	12	9	47	69
Reclamações	9	5	15	4	10		43	16	1	14	5	8	3	47	90
Loteamentos	41	30	62	21	11	42	207	30	28	65	43	6	82	254	461
Florestações	21	1	16			57	95	1		10				11	106
Vias	8	4	8	3	5	2	30	15	6	13	3	6	2	45	75
Pontes e Pontões	3	7	1	4	2	1	18		2					2	20
Exposições	1		1		2		4						1	1	5
TOTAL							988							844	1832

Tipologias	Processos Criados em 2007								Processos Modificados em 2007								TOTAL
	Região	Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total	Região	Aveiro	Castelo Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Total	
DM								0		17	16	25	19	15	21	113	113
Planos especiais				1				1	2		2	2	2	1		9	10
Planos de ordenamento		5	7	2	2	2	2	20		35	20	33	7	32	9	136	156
Planos de urbanização		3						3		8	6	20	4	19	5	62	65
Medidas preventivas		2	2			1	3	8		1	4	11		1	3	20	28
Avaliação ambiental estratégica	1	2	9					12								0	12
TOTAL								44								340	384

Para esta análise considerou-se, por um lado, os processos criados em 2007 e por outro, os processos que, tendo sido criados anteriormente, foram sujeitos a análises/pareceres por parte da DSOT, durante o mesmo período.

Planos de Pormenor, incluindo revisões e alterações:

Distrito	Criados em 2007	Antes de 2007
Aveiro	5	35
Castelo Branco	7	20
Coimbra	2	32
Guarda	2	7
Leiria	2	32
Viseu	2	9
TOTAL	20	135

Planos de Urbanização, incluindo revisões:

Distrito	Criados em 2007	Antes de 2007
Aveiro	3	8
Castelo Branco		6
Coimbra		20
Guarda		4
Leiria		19
Viseu		5
TOTAL	3	62

Planos Directores Municipais:

Distrito	Antes de 2007
Aveiro	5
Castelo Branco	7
Coimbra	11
Guarda	6
Leiria	5
Viseu	5
TOTAL	39

Alterações aos PDM:

Distrito	Antes de 2007
Aveiro	1
Castelo Branco	1
Coimbra	2
Guarda	1
Leiria	3
Viseu	2
TOTAL	10

Revisões de PDM:

Distrito	Antes de 2007
Aveiro	11
Castelo Branco	8
Coimbra	12
Guarda	12
Leiria	7
Viseu	14
TOTAL	64

No âmbito da revisão dos PDM foram redelimitadas 7 cartas concelhias da Reserva Ecológica Nacional.

De referir que foram tratados **177 processos diversificados**, sem tipologia definida ou área atribuída.

Foram produzidas, no âmbito da análise técnica destes processos, um total de:

Informações	Notas de Serviço	Ofícios	Diversos	Certidões
1155	1375	1734	46	29 (*)

(*) neste valor não estão incluídas as certidões de localização elaboradas, até Junho, uma vez que estas não foram efectuadas no GEP.

Deram entrada **3237 documentos**, directamente para a DSOT. No entanto, não nos é possível contabilizar os documentos que, dando entrada na CCDR, nos foram encaminhados de outra Unidade Orgânica, desconhecendo-se assim os valores reais.

Registou-se um total de 4110 saídas de correio, que incluem Ofícios e Notas de Serviço, conforme quadro seguinte:

	Ofícios	Notas de Serviço	Total / Mês	Acumulado / Mês
JAN.	243	124	367	
FEV.	229	110	339	706
MAR.	320	126	446	1152
ABR.	255	90	345	1497
MAI.	191	58	249	1746
JUN.	247	90	337	2083
JUL.	325	74	399	2482
AGO.	296	94	390	2872
SET.	164	52	216	3088
OUT.	259	115	374	3462
NOV.	283	79	362	3824
DEZ.	244	42	286	4110
Total / Ano	3056 (*)	1054		

(*) O número de ofícios expedidos inclui os que foram remetidos, para conhecimento

Foram emitidas 137 guias de pagamento, num total de 42.149,59€, tendo sido pagas 86 guias, arrecadando um total de 19.254,04€ de receita.

3.1.3. Direcção de Serviços de Ambiente

Aguardando-se a publicação de nova Lei Orgânica para a CCDRC e tendo em vista a prossecução das novas valências ocorreu, no início do ano, a separação da Divisão do Domínio Hídrico (DDH) que ficou na dependência directa da Vice-Presidência, ficando a então Direcção de Serviços de Gestão Ambiental com as Divisões de Avaliação Ambiental e de Licenciamento. Assim, durante o período inicial do ano de 2007, as actividades executadas foram as resultantes das atribuições legais definidas para estas duas Divisões, tal como no ano anterior.

A publicação da nova lei orgânica veio dar origem à Direcção de Serviços de Ambiente (DSA), constituída por duas Divisões: a Divisão de Avaliação Ambiental (DAA) e a Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental (DLPA).

A Divisão de Avaliação Ambiental, teve a seu cargo a Avaliação de Impacte Ambiental assim como a avaliação de Estudos de Incidências Ambientais, nomeadamente os relativos aos projectos de produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis (FER), e o Licenciamento Ambiental das unidades pecuárias (sendo que a participação no Licenciamento Ambiental de unidades industriais ficou na responsabilidade da DLPA), para além dos processos de consulta pública de todas as unidades sujeitas a este tipo de licenciamento.

De acordo com as atribuições cometidas à Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental, a actividade desenvolvida incidiu no Licenciamento das Operações de Gestão de Resíduos, no Licenciamento Industrial – indústria transformadora e indústria extractiva, na análise do auto controlo das emissões de poluentes atmosféricos, na emissão de pareceres no âmbito do diploma dos compostos orgânicos voláteis, no Licenciamento Ambiental, no acompanhamento e apoio à Avaliação de Impactes Ambientais, e, ainda, apreciação de algumas das reclamações no âmbito das várias vertentes ambientais (ar, ruído, resíduos e outras).

Com a reestruturação da orgânica da CCDRC, a actividade da Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental passou a incluir o acompanhamento das Estações da Qualidade do Ar existentes na Região Centro, nomeadamente a verificação dos poluentes e emissão dos comunicados de informação e de alerta à população, a calibração e a manutenção dos aparelhos de medida, recepção dos dados e comunicação dos mesmos à APA, de forma a serem integrados na Rede Nacional da Qualidade do Ar.

Para além dos ajustamentos que foram sendo feitos, ao longo do ano, no respeitante à divisão de tarefas entre a DAA e a DLPA, relativas ao Licenciamento Ambiental, durante 2007 teve lugar a entrada em funcionamento de uma nova estação da qualidade do ar – a estação de Montemor – o – Velho, estação rural de fundo, dispondo de analisadores de SO₂, NO_x, O₃ e PM₁₀.

Deu-se, durante o ano, um aumento de meios humanos, quer na DAA, quer na DLPA, com a entrada ao serviço de técnicos vindos dos Gabinetes de Apoio Técnico em processo de extinção. No final do ano, para além dos três dirigentes, a DSA contava com o apoio de 12 técnicos superiores, de 4 assistentes administrativos e de 1 técnico profissional.

Decorreu, ainda, durante o ano, a execução do projecto “Gestão Ambiental na Região Centro”, nas suas vertentes “Guia Metodológico para a Avaliação de Impactes Ambientais de Pedreiras” e “Monitorização e Avaliação e Eficácia de Procedimentos de licenciamento, no qual estiveram envolvidos seis técnicos superiores, em regime de aquisição de serviços.

Divisão de Avaliação Ambiental

Em 2007:

- ✓ Documentos entrados: 1 309
- ✓ Documentos saídos: 1 787

Registo de documentos produzidos:

Fax	172
Ficheiro	380
Informação Interna	287
Nota de serviço	435
Ofício	1180
Outros	96
Total	2550

As principais actividades desenvolvidas na Divisão de Avaliação Ambiental foram:

- Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental (AIA) – Segundo o D.L: n.º69/00, de 3 de Maio, alterado pelo D.L.197/05, de 8 de Novembro, quer sendo a CCDRC a autoridade de AIA, quer participando nas Comissões de Avaliação quando a autoridade de AIA é a Agência Portuguesa de Ambiente (APA):

	2007		
	APA	CCDRC	TOTAL
Indústria extractiva	4	15	19
Indústria energia	11	0	11
Indústria transformadora	7	4	11
Projectos de Inf.-estruturas	10	1	11
Turismo	0	1	1
Outros	3	0	3
Total	35	21	56

- Proposta de Definição de Âmbito (PDA) – no âmbito do procedimento de AIA;
- Procedimento de pós-avaliação (POS) – no âmbito do procedimento da AIA;
- Aplicabilidade de AIA (APL) – pedidos de aplicabilidade de AIA, de acordo com o D.L. n.º69/00, de 3 de Maio e alterado pelo D.L.197/05, de 8 de Novembro;
- Avaliação de Estudos de Incidências Ambientais (EIncA) no âmbito das fontes de energia renováveis (FER), D.L. 225/07, de 31 de Maio, que alterou o D.L. n.º189/88, de 27 de Maio;
- Licenciamento Ambiental (LAB) – acompanhamento e procedimento de consulta pública, de acordo com o D.L. n.º194/00, de 21 de Agosto e alterado pelo D.L. n.º130/05, de 16 de Agosto., sendo que, desde Maio de 2007:
 - 58 consultas públicas, no âmbito do pedido de licença ambiental;
 - 34 em pedidos de licença ambiental de explorações pecuárias e avícolas;
- Resposta a solicitações por parte da Agência Portuguesa de Ambiente, no que se refere a projectos candidatos a sistemas de incentivos para a modernização empresarial (SIM).

Na tabela seguinte apresentam-se as actividades desenvolvidas, na DAA, por tipologia de processos:

Tipologia de processo	n.º	Percentagem (%)
AIA	56	25
PDA	3	1
POS	24	11
EIncA	7	3
LAB	98	39
APL	38	17
SIM	8	4
TOTAL	234	100

Salienta-se o facto de terem, ainda, sido criados 116 processos de tipologia diversa.

Foram emitidas 28 guias no valor global de 41 500€, dos quais foram pagos 33 674€, tendo dado entrada, como contrapartida das nossas participações, uma verba de 60 433€.

Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental

Documentos entrados: 5 114

Documentos saídos: 5 206

Nota: não foram contabilizados os pedidos de informação solicitados e prestados por e-mail e através da linha do cidadão

Processos/Documentos internos criados	Número
Processos criados (*)	2349
Ofícios criados	4289
Informações/pareceres	1099
Fax	13
Notas de Serviço	904
Ficheiros	1035
Outros	192
Total	9881

(*) Muitos documentos que entram têm antecedentes e, como tal, já têm processo GEP criado.

As principais actividades asseguradas pela DLPA são:

- Análise e parecer de projectos de licenciamento industrial;
- Análise e parecer de projectos abrangidos pelo Regulamento do Exercício e do Licenciamento das Actividades Industriais (RELAI), sujeitos a licença ambiental;
- Análise e parecer de projectos de licenciamento de pedreiras;
- Licenciamento de operações de gestão de resíduos;
- Realização de vistorias prévias à emissão dos alvarás de licença de operações de gestão de resíduos abrangidas pelo licenciamento geral;
- Participação nas vistorias e acções de fiscalização no âmbito dos regimes de licenciamento referidos de 1 a 4;
- Análises e parecer sobre os relatórios de auto controlo das emissões gasosas de fontes pontuais;
- Análise e parecer sobre os vários regimes de monitorização de efluentes gasosos de fontes pontuais;
- Análise e parecer sobre altura de chaminés de fontes fixas de emissão;
- Análise e parecer sobre a aplicação da legislação de Compostos Orgânicos Voláteis (COV);
- Análise, parecer e seguimento sobre solicitações diversas, pedidos de informação.
- Gestão das Estações da Qualidade do Ar da CCDR existentes na Região Centro (manutenção e calibração dos equipamentos, validação dos dados e elaboração dos relatórios anuais)

A tabela seguinte apresenta, de uma forma quantitativa, as principais actividades desenvolvidas pela DLPA, no decorrer de 2007.

Actividade	Número
Pareceres de licenciamento industrial	96
Pareceres de licenciamento industrial + art.º 42.º do D.L. n.º 178/06	18
Participação em vistorias e acções de fiscalização - RELAI	248
Participação em reuniões para licenciamento industrial - regime transitório do RELAI	40
Pareceres de licenciamento de pedreiras	35
Análise das cauções Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística	38
Análises de relatórios técnicos de pedreiras	133
Parecer de licenciamento de minas	6
Autorizações Prévias emitidas no âmbito do D.L. n.º 239/97	24
Parecer de aprovação de projectos de licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos – Licenciamento Geral	18
Emissão de Alvarás de Operações de Gestão de Resíduos	82
Autorizações especiais para emissão de certificados de desmantelamento de VFV pesados	4
Realização de vistorias – operações de gestão de resíduos	13
Pareceres de licenciamento de valorização agrícola de lamas	34
Emissão de parecer de licenciamento de aterros	3
Participação em licenciamentos no âmbito do diploma PCIP (licenciamento ambiental)	63
Licenças Ambientais Emitidas	26
Análises de relatórios de monitorização de aterros	5
Promoção de Consultas Públicas de instalações abrangidas por licença ambiental	16
Análise de Relatórios Ambientais Anuais de instalações com licença ambiental emitida	33
Análise de Planos de Desempenho Ambiental de instalações com licença ambiental emitida	7
Parecer sobre os relatórios de autocontrolo de emissões gasosas de fontes fixas de emissão	358
Emissão de pareceres sobre altura de chaminés	19
Análise e parecer de processos no âmbito do D.L. 242/2001 (COV)	104

Salienta-se o facto de terem, ainda, sido emitidos 52 pareceres de tipologia diversa.

Na DLPA, durante 2007, foram emitidas 189 guias, no valor global de 184 757€, dos quais foram pagos 140 559€, tendo dado entrada, como contrapartida das nossas participações, uma verba de 108 396€.

Avaliação do desempenho

Foram atingidos os principais objectivos da DSA para o ano em apreciação, sendo que para a maior parte deles foram ultrapassadas as metas definidas, com excepção do objectivo “Participação em vistorias e acções de fiscalização”, onde foram realizadas 250 acções, metade do previsto, correspondendo, no entanto, a 100% das solicitações havidas. Deve ser, aqui, referido que a partir de Maio de 2007 as acções de fiscalização passaram a ser asseguradas pela recém criada Direcção de Serviços de Fiscalização.

Sendo que o prazo previsto para que as instalações existentes abrangidas pelo diploma PCIP (DL n.º 194/2000, de 21 de Agosto) dispusessem de Licença Ambiental terminava em 30 de Out.2007, verificou-se, antes dessa data, a entrada de um elevado número de pedidos que transitaram para 2008.

3.1.4. Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e às Autarquias Locais

As actividades da DSAJAL em 2007 reflectiram o facto de terem sido criadas novas competências nesta direcção de serviços, dada a nova orgânica da CCDR. Entre as novas competências da DSAJAL destacamos, no âmbito da DAJ, a promoção da instrução de processos de contra-ordenação por infracção à legislação em vigor, nomeadamente em matéria ambiental e do ordenamento, e o apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR (apoio esse que até à existência deste diploma nos era de facto solicitado mas sem que existisse formalmente a correspondente competência legal).

No âmbito da DCTF, destaquem-se as novas competências que resultaram da fusão de duas anteriores divisões no âmbito da também anterior Direcção de

Serviços como, por exemplo, a colaboração na gestão da cooperação técnica e financeira com as autarquias locais e suas associações, analisando candidaturas e acompanhando a execução física e financeira dos contratos e acordos celebrados, em articulação com os serviços desconcentrados da CCDR Centro, a colaboração na gestão de programas que visem o financiamento de equipamentos locais, analisando as suas candidaturas e acompanhando a sua execução física e financeira, em articulação com os serviços desconcentrados da CCDR Centro e a colaboração com a administração local em tudo o que respeite à modernização administrativa, procedendo à divulgação e ao intercâmbio das boas práticas de modernização autárquica, em articulação com a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL);

Por outro lado, continuámos a prestar apoio jurídico às autarquias locais, a apoiá-las no âmbito do programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), e no âmbito bastante diversificado das finanças locais. Colaborámos, ainda, com as autarquias através do apoio prestado pela Engenharia Militar.

A DSAJAL prestou, ainda, apoio a instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos no âmbito do Programa Equipamentos.

Acrescente-se que os serviços da DSAJAL em 2007 prestaram apoio ao PO Centro (QCA III), especialmente, à medida 1.6 do Eixo I, Programa Foral.

Actividades realizadas em 2007

Actividade	Projecto	Produto	Quantidade
	Apoio técnico-jurídico	Emissão de pareceres e informações	312
	Consultadoria jurídica	Reuniões e atendimento telefónico	Diária e permanente
Consultadoria à administração local e entidades equiparadas	Emissão de pareceres no âmbito do POCAL, da Lei das Finanças Locais e outros instrumentos de gestão financeira.	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas	Atendimento telefónico diário , reuniões, informações prestadas por fax ou correio electrónico, ou ainda através de informações escritas (8)
	Contratos-Programa e auxílios financeiros às autarquias locais	Pareceres sobre candidaturas, reprogramações e reformulações de candidaturas e projectos em execução	21 informações escritas
		Análise de candidaturas;	15 candidaturas
		Acompanhamento financeiro das obras.	68 obras
		Acompanhamento físico e financeiro dos contratos e acordos celebrados no âmbito do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), em colaboração com os GAT.	Acompanhamento físico e financeiro das obras.
Apoio à gestão de instrumentos nacionais de cooperação técnica e financeira com as autarquias locais e com entidades associativas e religiosas	Apoio à cooperação técnica e financeira estabelecida no âmbito do programa de apoio às Bibliotecas Municipais com o IPLB, estabelecendo a necessária articulação com os serviços desconcentrados da CCDR.	Análise dos procedimentos concursais;	19
	Gestão de programas que visem o financiamento de equipamentos promovidos por entidades associativas e religiosas ou freguesias, nomeadamente nas fases de candidatura e acompanhamento da execução física e financeira, estabelecendo a necessária articulação com os serviços desconcentrados da CCDR, no âmbito do despacho nº 7187/2003	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas;	atendimento telefónico diário; reuniões frequentes; 22 informações escritas
		Análise de candidaturas do	0

(Programa Equipamentos).	SubPrograma 1;	
	Análise de candidaturas do SubPrograma 2;	40
	Acompanhamento físico e financeiro de obras do Subprograma 1;	17
	Acompanhamento físico e financeiro de obras do Subprograma 2.	90
Apoio à cooperação técnica e financeira estabelecida no âmbito da Engenharia Militar, estabelecendo a necessária articulação com os serviços desconcentrados da CCDR e entidades militares.	Apoio aos promotores na resolução das dificuldades apresentadas;	atendimento telefónico
	Análise de procedimentos de desafecção de verbas a protocolo em curso	realização de reuniões
	Projectos de PMA em execução	33
	Reprogramações solicitadas e informadas	65
Apoio à Cooperação Técnica e financeira no âmbito dos Protocolos de Modernização Administrativa (PMA)	Informações escritas sobre alterações a protocolos e transferência de verbas	37
	Pedidos de pagamento, incluindo análise de documentos de despesas elegíveis e seu registo	90
	Verificação física e financeira de projectos a PMA	106
		32

	Transportes escolares	Tratamento dos dados	78 municípios
	Participação no grupo de trabalho de apoio técnico à aplicação do Pocal.		Participação em todas as reuniões convocadas pela DGAL
	Conteúdos funcionais de carreiras da administração local	Descrição e análise	17
	PEPAL	Acompanhamento dos estágios PEPAL a decorrer nas autarquias locais da área da CCDR Centro (315 estágios);	315 estágios
	Júri do Concurso Nacional de Boas Práticas de Modernização Administrativa	Participação no referido júri	
Optimização das competências partilhadas entre a CCDR (DSAJAL) e os serviços do Estado	Reuniões de coordenação jurídica	Participação em todas as reuniões	Bimensais
	Participação em grupos de trabalho no âmbito do programa Foral	Grupo: «Acompanhamento do Curso de Gestores de Formação»	1
Apoio jurídico e técnico aos serviços da CCDR Centro e ao Programa Operacional do Centro	Procedimentos de contratação pública	Análise de cadernos de encargos e programas de concursos; participação em júris; análise de lista de controlo dos programas operacional	70
	Consultadoria interna aos serviços aos serviços da CCDR e PO Centro	Consultadoria jurídica através de reuniões e atendimento telefónico	Diária e Permanente
	Apoio jurídico à elaboração, alteração, revisão, suspensão e acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial e medidas preventivas	Análise de regulamentos de planos	37
		Apreciação final de controlo	9
		Apoio à DSOT nas reuniões com equipas técnicas e outras entidades intervenientes	Todas as solicitadas pela DSOT

	Candidaturas à medida 1.6 do PO Centro	Análise técnico-pedagógica de candidaturas à medida 1.6	14
		Processos instruídos e arquivados	162
		Em instrução	4
Contra-Ordenações	254 Processos	Com Decisão final, mas ainda não arquivados	56
		Em Tribunal	32

3.1.5. Direcção de Serviços de Fiscalização

Em 2007, com a entrada em vigor do D.L. n.º 134/2007, de 27 de Abril e da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi criada uma nova unidade orgânica, a Direcção de Serviços de Fiscalização, que centralizou todas as competências de fiscalização da CCDR-Centro.

A Direcção de Serviços de Fiscalização iniciou a sua actividade em Maio de 2007, passando por um breve período de instalação, dado que foi necessário adaptar um espaço existente no Edifício Fonte do Bispo, em Coimbra, com a realização de pequenas obras (pintura de paredes e substituição de pavimento), instalação de mobiliário e equipamento informático, para albergar os novos serviços.

A Direcção de Serviços de Fiscalização, em articulação com as Divisões Sub Regionais da CCDR-Centro, assegurou a coordenação e desenvolvimento das acções de fiscalização nas matérias relativas ao domínio do ambiente e do ordenamento do território, nomeadamente no âmbito:

- a) das emissões de poluentes para a atmosfera ou para o solo e na protecção e melhoria da qualidade do ar e do solo;
- b) do licenciamento ambiental;
- c) da exposição ao ruído ambiente emitido por actividades ruidosas permanentes e por infra-estruturas de transporte;
- d) das operações de gestão de resíduos;
- e) da exploração de massas minerais;
- f) da conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente nas áreas da Rede Natura 2000;
- g) do cumprimento, ao nível regional, da legislação em vigor sobre ordenamento do território, nomeadamente no que respeita aos instrumentos de gestão territorial e aos regimes territoriais especiais.

A Direcção de Serviços assegurou, ainda, no âmbito do ruído, a análise de relatórios de ruído relativos a actividades permanentes, a análise e parecer sobre mapas de

ruído municipais e a delimitação das zonas sensíveis e mistas nos instrumentos de gestão de território.

Foram efectuados o inventário e verificada a operacionalidade dos equipamentos de medição de ruído existentes na CCDR-Centro, procedendo-se à verificação e calibração anual de um sonómetro (controlo metrológico) no ISQ. Iniciou-se a formação interna de um técnico superior para a área do ruído.

Na temática do ruído, foi realizada em Setembro, a pedido da Câmara Municipal de Leiria, uma medição em contínuo por um período de oito dias do ruído ambiente de um local central da cidade de Leiria, integrada no evento do dia europeu sem carros.

A actividade da Direcção de Serviços centrou-se na organização dos serviços de fiscalização, nomeadamente no estabelecimento de procedimentos, circuitos de informação e de articulação com as restantes unidades orgânicas e serviços externos à CCDR-Centro. Foram estabelecidos documentos tipo onde se realça o relatório de fiscalização.

Neste ano, a actividade de fiscalização centralizou-se na análise e resposta a reclamações apresentadas por entidades e particulares no âmbito das competências acima referidas.

Para o exercício das funções de fiscalização, o serviço contou para além do Director de Serviços com o apoio de uma assistente administrativa e de dois técnicos superiores.

3.2. Unidade Orgânica transversal

3.2.1 Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira

Com a nova orgânica, a até então Direcção de Serviços de Gestão Administrativa e Financeira passou a designar-se Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, deixando desde logo, adivinhar que a alteração de designação significava o acréscimo à área de gestão administrativa e financeira de uma área de “comunicação”. O que é afinal esta área de “comunicação”? De alguma forma ela incorpora, por um lado, o até então designado CDI – Centro de

Documentação e Informação, estrutura vocacionada para a gestão de uma biblioteca e de um centro de documentação e, por outro, a área das “novas tecnologias”, ou seja a área informática, fundindo-se ambas na nova Divisão de Tecnologias, Comunicação e Imagem. Como é possível retirar, desde logo, da própria designação, o novo serviço não se limitou a acolher passivamente aquelas duas áreas. Introduziu uma nova vertente – a comunicação e imagem, visando não apenas servir de veículo potenciador dos contactos e ligações entre os cidadãos utentes e os serviços da CCDRC mas também potenciar a divulgação da acção da CCDRC na Região.

Os demais serviços que integram a DSCGAF são aqueles que tradicionalmente cabem numa área transversal de “administração”: recursos humanos e gestão administrativa e financeira.

A alteração não determinou, contudo uma alteração radical na acção dos serviços que agora integram a DSCGAF, antes tendo permitido uma evolução e adaptação num processo contínuo e sem rupturas.

Divisão de Tecnologias, Comunicação e Informação

Como foi já referido, com a publicação da nova lei orgânica foi criada uma Divisão que aglutina serviços e competências na área das tecnologias, informação e comunicação que estavam diluídos por outras Unidades Orgânicas. O grande objectivo desta acção de gestão foi a tentativa de criação de um serviço transversal e que centralize todas as competências que estão presentes nestes domínios de saber. Esta é, pois, uma Divisão com um elevado grau de exigência em termos de gestão já que recebeu colaboradores com culturas organizacionais distintas e formas de trabalhar diferenciadas. Para tentar promover alguma homogeneidade na Divisão, foram encetadas alguns mecanismos de gestão:

1. Definição de uma visão e de uma missão para a Divisão

Visão: “Melhor informação menos burocracia mais visibilidade ”

Missão: “Garantir a comunicação interna e externa aplicando as tecnologias/procedimentos adequados e promover a imagem institucional da CCDRC”

2. Criação de uma estrutura organizacional baseada em unidades operacionais

Tecnologias

Redes, sistemas e web

Desenvolvimento aplicacional

Centro de Resposta ao Utilizador

Linha de atendimento

Centro de Conformidade Processual

Expediente

Entradas/Saídas

Comunicação e Arquivo

Biblioteca, auditório e publicações internas

Imagem, marketing público e relações com o exterior.

Gestão do arquivo

3. Reorganização do espaço físico da Divisão, juntando todas as unidades operacionais, e criar um corpo e espírito de equipa e potenciando as interações e a colaboração inter equipas.

4. Definição de objectivos, projectos e metas a atingir por cada unidade.

Projectos estratégicos em 2007 (que não espelham, portanto, a totalidade das actividades da Divisão)

Tecnologias

Projecto 1 – “Criação de um Sistema de Informação Homogéneo e Transversal”

Este projecto tem como objectivo fundamental a consolidação do sistema de informação de suporte à actividade e é centrado em três eixos fundamentais, tendo sido, em 2008, eleito uma das medidas simplex.

Sistema de Gestão Documental e Correio

Procede ao registo electrónico de entradas internas e externas. Permite a consulta electrónica do serviço/funcionário onde se encontra um dado

documento. Efectua o registo dos reencaminhamentos de documentos. Regista o arquivo dos documentos. Permite localizar e ligar os documentos aos processos. Permite consultar os antecedentes de um dado requerente.

Em 2007 temos os seguintes números:

Nº de entradas - 62.395

Nº de reencaminhamentos – 173.874

e-ProDoc

Permite o registo e encaminhamento dos processos relativos a: artigos 66, regularização do relógio ponto, férias, dispensa por horas a mais, serviço externo, requisição de sala, pedido de apoio informático (helpDesk), linha do cidadão

Em 2007 temos os seguintes números:

Nº total de processos – 16.667

Gestão Electrónica de Processos

Quando um dado documento que dá entrada no SGDC, “passa” a processo, começa a ser gerido no GEP. O objectivo é criar e gerir processos de forma electrónica, registando os seus passos e guardando todos os documentos que dele fazem parte.

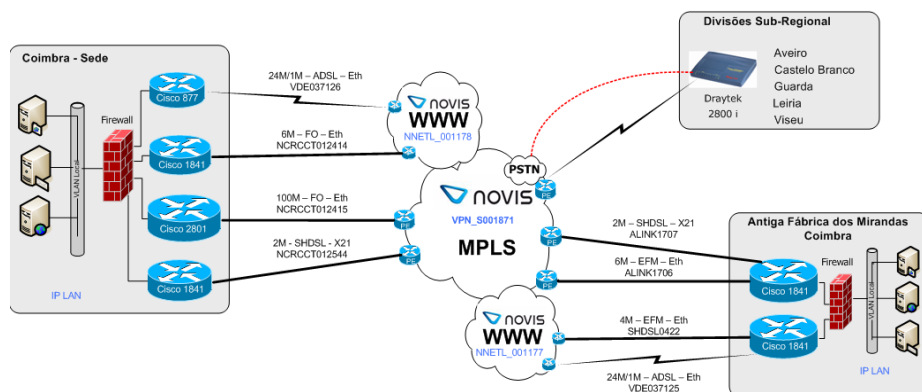
Em 2007 temos os seguintes números:

Nº total de processos – 6.153

Nº total de documentos – 15.540

Projecto 2 – “Criação de um ambiente tecnológico de suporte”

Nesta área a actividade fundamental foi a criação de uma nova WAN que reflecta as novas tendências tecnológicas e que garanta a largura de banda necessária ao normal funcionamento da organização. A nova rede tem este desenho:



Centro de Resposta ao Utilizador

Esta linha de acção foi dotada de melhores condições logísticas/tecnológicas e de recursos humanos. Também esta medida foi considerada estratégica e faz parte do Simplex 2008.

Projecto 1 – “Linha de Atendimento”

Este projecto continuou a construção de uma linha de apoio a todos os que consultam a CCDRC, pretendendo-se afirmar como a única porta de entrada e de saída deste tipo de esclarecimentos. Foi desenvolvida uma ferramenta informática que permite o registo e encaminhamento de todas as solicitações.

Durante o ano de 2007 foram estes os grandes números:

Atendimento Telefónico		Atendimento Presencial	
Janeiro	1048	Janeiro	45
Fevereiro	899	Fevereiro	41
Março	748	Março	59
Abril	983	Abril	65
Maio	830	Maio	52
Junho	708	Junho	68
Julho	267	Julho	74
Agosto	48	Agosto	31
Setembro	465	Setembro	62
Outubro	720	Outubro	58
Novembro	758	Novembro	75
Dezembro	170	Dezembro	77
Total	7.644	Total	707

Projecto 2 – “Centro de Conformidade Processual”

Durante 2007 a actividade fundamental foi a elaboração do caderno de encargos que serviu de base à consulta da assessoria externa para a criação das normas e fluxos internos dos procedimentos. Um dos “outputs” fundamentais deste trabalho será a criação de uma *check-list* por processo, ferramenta fundamental para a criação de um centro deste tipo.

Expediente

Este é um serviço fundamental e basilar numa organização já que regista e encaminha todos os documentos recebidos. Para 2007 o grande desafio era conseguir o registo e encaminhamento no mesmo dia de todas as entradas. Esta foi uma meta atingida e foram registados durante 2007 62.395 documentos.

Comunicação e Arquivo

Projecto 1 – “Biblioteca, auditório e publicações internas”

Foi efectuada uma forte campanha de divulgação dos serviços existentes na biblioteca junto do público-alvo que se traduziu no envio de 500 cartazes de divulgação. Esta iniciativa traduziu-se num aumento muito significativo do número de utilizadores na sala de leitura: 22%.

Foram ainda recebidos e registadas 106 monografias e 78 analíticos.

Foi continuada a divulgação electrónica interna e externas dos livros recebidos na biblioteca, através da publicação de mais nove números do DTCl informa.

Projecto 2 - “Imagem, marketing público e relações com o exterior”

Para reforçar a imagem da CCDRC, junto do público-alvo, foram criados vários materiais de *merchandise* de onde se destacam: agenda, saco de papel, caneta, lápis, marcador de livro, pasta A4 e identificador para CD. Todo este material foi entregue às Câmaras Municipais da Região e outros serviços, tentando assim reforçar a taxa de penetração da imagem da CCDRC na região. Esta iniciativa tinha ainda como objectivo dar a conhecer o novo símbolo/nova imagem desta Comissão.

Projecto 3 – “Gestão de Arquivo”

Nesta área, de importância vital e estratégica para qualquer organização, a situação encontrada era muito preocupante. Os espaços destinados aos arquivos, ou estavam cheios, ou apresentavam fracas condições para alojar a memória de uma organização e a equipa que tratava esta área era insuficiente. Assim, 2007 foi um ano de reflexão estratégica e de tentativa de encontrar soluções e recursos humanos que permitam o lançamento, em 2008, de um conjunto de tarefas que permitam colocar o arquivo ao serviço dos utilizadores.

Divisão de Organização e Recursos Humanos

Sendo os recursos humanos uma das componentes mais importantes em qualquer organização e, por maioria de razão, em instituições com as características específicas, a complexidade e a dimensão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), por si só ou considerando ainda os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) implantados na sua área de actuação, a Divisão de Organização e Recursos Humanos, desenvolveu as suas actividades com base nas orientações e objectivos preconizados para o ano de 2007.

Actividades realizadas

Mobilidade racional dos Recursos Humanos

Considerando o momento crucial da Reestruturação da Administração Central do Estado ora em curso, nomeadamente em matéria de gestão de recursos humanos, em todas as suas vertentes, matéria de primordial importância, procedeu-se à elaboração de toda a documentação regulada no artº 14º da Lei nº 53/2006, da 7 de Dezembro (Lei da Mobilidade):

- a) Lista de actividades e procedimentos que devem ser assegurados para a prossecução e o exercício das atribuições e competências e para a realização de objectivos, em conformidade com as disponibilidades orçamentais existentes;
- b) Lista dos postos de trabalho necessários para assegurar as actividades e procedimentos referidos na alínea anterior, por subunidade orgânica,

identificando a carreira e as áreas funcionais, habilitacional e geográfica, com a respectiva fundamentação e em conformidade com as disponibilidades orçamentais existentes;

- c) Mapa comparativo entre o número de efectivos existentes e o número de postos de trabalho referidos na alínea anterior.

Nesta base procedeu-se à avaliação e reajustamento de todos os postos de trabalho existentes e necessários, procurando a racionalização máxima do binómio perfil profissional/posto de trabalho, através de mobilidade interna, conjugando sempre as duas vertentes básicas mas basilares: as pessoas como pessoas; as pessoas como recursos organizacionais.

Ainda neste âmbito e prosseguindo objectivo traçado para 2007, e em consonância com o previsto na nova orgânica da CCDRC (D.L. nº 134/2007, de 27 de Abril), foram levadas a cabo diversas iniciativas no sentido de agilizar o processo de mobilidade e de integração do pessoal dos GAT, tendo em consideração a sua próxima extinção, conforme o previsto no artigo 17º deste diploma legal.

Assim, neste âmbito e até ao final de 2007, tendo sido encerradas as instalações de 10 dos 16 Gabinetes de Apoio Técnico que integram esta CCDRC, foram desencadeados todos os procedimentos de reafecção do respectivo pessoal, quer através da integração nas Divisões Sub-Regionais e nos Departamentos que funcionam na sede da CCDRC, quer através de reafecção ou transferência para outros organismos da Administração Pública, central ou local.

Concursos de promoção

A abertura de concursos de promoção foi outra das actividades que consideramos relevantes durante o ano de 2007.

Através do levantamento das situações passíveis de reunirem os requisitos exigidos por lei para serem promovidos, foi concretizada a abertura de 30 concursos, nas diversas categorias das várias carreiras que integram os quadros de pessoal da ex-CCRC e ex-DRAOT, abrangendo a quase totalidade dos efectivos.

Com esta actividade procurou-se melhorar a satisfação das expectativas profissionais dos funcionários e a sua motivação.

Prosseguimento do processo de racionalização e modernização dos serviços da CCDRC

Sistema Biométrico

Competindo à DORH proceder ao controlo de acessos e à gestão da assiduidade de todos quantos exercem funções na CCDRC, bem como o enquadramento legal, os fundamentos de legitimidade e as medidas a tomar para o correcto cumprimento da legislação em vigor, procurou-se, no âmbito da inovação administrativa, modernizar o sistema de registo destes dados através do seu tratamento via registo biométrico (impressão digital), após consulta à Comissão Nacional de Protecção de Dados.

O tratamento dos dados biométricos - porque estamos perante dados pessoais - foi feito respeitando todas as condições estabelecidas na Lei nº 67/98, nomeadamente com o respeito pela reserva da vida privada, importando assegurar que a operação de recolha não se traduzisse numa discriminação ou em violação do direito de respeito ou da dignidade do trabalhador.

Informatização do procedimento de serviço externo

A fim de dar continuidade às iniciativas respeitantes ao controlo e gestão das saídas de serviço externo e ao correspondente pagamento de ajuda de custo quando a ela houver lugar, foi possível, durante o ano de 2007, implementar um sistema conducente ao um maior rigor na verificação e processamento das ajudas de custo, através do cruzamento dos dados constantes no Boletim Itinerário apresentado mensalmente pelo funcionário com o pedido de serviço externo efectuado informaticamente e superiormente autorizado.

Integração dos dados da assiduidade no módulo de vencimentos

Com vista ao rigor, rapidez e eficácia no processo de processamento dos vencimentos foi também possível, no ano em apreço, a integração do módulo da assiduidade no módulo dos vencimentos. Todavia, esta integração ainda não está totalmente concluída, pois só se verifica nos Departamentos sedeados em Coimbra.

Formação Profissional

A formação profissional é uma aposta séria na valorização e motivação dos recursos humanos e uma preocupação sempre presente.

Assim, procedeu-se ao estabelecimento de um protocolo com o INA no âmbito de um projecto de consultoria para Optimização do SIADAP no contexto organizacional da CCDRC, abrangendo todos os dirigentes, avaliadores e avaliados, através da:

- constituição de uma equipa mista INA-CCDRC para acompanhamento dos trabalhos;
- realização de um seminário de apresentação da metodologia de aplicação do SIADAP aos dirigentes;
- realização de sessões de formação-acção para dirigentes;
- realização de um seminário de apresentação da metodologia da aplicação do SIADAP aos restantes trabalhadores.

FORGEP e CADAP

O estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local do Estado, determina como requisito para o exercício de funções de direcção superior e intermédia o aproveitamento em cursos específicos para alta direcção em Administração Pública, diferenciados em função do nível, grau e conteúdo funcional dos cargos desempenhados, nomeadamente, o FORGEP e o CADAP.

Durante o ano de 2007 frequentaram o FORGEP, 7 dirigentes de nível intermédio e o CADAP, 4 técnicos superiores, embora um destes não tenha o concluído.

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

O relatório de actividades constitui um importante documento de análise crítica relativamente à eficácia e ao grau de cumprimento das actividades planeadas.

Projectos desenvolvidos

- Aplicaram-se métodos de trabalho com o objectivo de desenvolver procedimentos adequados nos processos de pagamento/transferências com vista a diminuir o tempo de espera por parte dos utentes.
- Implementou-se um sistema integrado CIBE tendo por objectivo o controlo do património, inventariação dos bens móveis, valor patrimonial e respectiva amortização.
- Concluiu-se a primeira fase do módulo informático de receita própria, tendo em vista as políticas de controlo interno que permitam salvaguardar a receita arrecadada.
- Foi colocado em funcionamento um sistema de cópia e impressão centralizada, como 'medida de redução da despesa' corrente (MRD)
- Desencadeou-se o processo no sentido da adopção do sistema de pagamento de receita cobrada através do SIBS-Multibanco.

Acções Desenvolvidas

1 – Secção de Contabilidade, Orçamento e Contas

- Elaboração do orçamento ordinário, alterações orçamentais e respectivos mapas resumo financeiros.
- Elaboração de relatórios e mapas de controlo da execução orçamental da CCDRC e dos Programas inscritos em PIDDAC.
- Elaboração das requisições mensais de fundos do orçamento de funcionamento de cada um dos programas de PIDDAC geridos pela CCDRC, a remeter às respectivas Delegações da Contabilidade Pública.
- Acompanhamento mensal da situação contabilística e financeira dos GAT que ainda se mantinham em funcionamento, e dos serviços desconcentrados (Divisões Sub-Regionais), através dos documentos de despesa, balancetes mensais, folhas de cofre, com vista à reposição do fundo de maneo.

- Elaboração dos dossiers tendo por base a recolha dos documentos de despesa para imputação dos diversos projectos com contrapartida comunitária.

2 – Secção de Logística e Património

Os serviços de aprovisionamento têm cada vez maior importância no cumprimento das políticas delineadas com o objectivo de maior eficiência, eficácia e economia para a excelência da gestão pública.

Todo o trabalho no sector de logística e património deve estar alicerçado num sistema de controlo interno que permita, por um lado, a salvaguarda dos activos do organismo e, por outro lado, o afastamento do erro e falha.

A Secção de Logística e Património procura dar resposta a estas questões implementando os seguintes procedimentos:

- Organização dos procedimentos dos concursos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas. Os procedimentos elaborados pelo sector, tendo por base o estabelecido no Decreto-Lei nº. 497/99 estão reflectidos no Quadro I;
- Aquisições, recepção de material e a gestão do armazém (com entrega de material mediante a apresentação de requisição interna);
- Gestão das instalações afectas à CCCR Centro zelando pela sua conservação e manutenção;
- Gestão do parque automóvel afecto à CCCR Centro (importa referir que, com a fusão dos serviços, o parque automóvel aumentou consideravelmente, encontrando-se grande número de viaturas em avançado estado de degradação devido ao número de quilómetros percorrido);
- Manutenção da base de dados relativa às viaturas actualizada (nomeadamente o nº. de quilómetros, custo com a manutenção e consumo de combustível).

QUADRO I

Tipo de Procedimentos	Valor	Quantidade
Ajuste directo	< 4 987.98 €	1
Ajuste directo - Artº. 86º. al.g)	Independente valor	5
Com consulta prévia - (consulta - mínimo 2 entidades)	> 4 987.98 € < 12 469.95 €	8
Com consulta prévia - (consulta - mínimo 3 entidades)	> 12 469.95 € < 24 939.89 €	26
Com consulta prévia - (consulta - mínimo 5 entidades)	> 24 939.89 € < 49 879.79 €	4
Concurso público	> 124 699.47 €	1
Empreitadas		7
Total		52

3 – Tesouraria

- Liquidação das despesas devidamente autorizadas através do sistema *homebanking* – Direcção Geral do Tesouro;
- Elaboração das Folhas de Cofre;
- Fluxos de Caixa;
- Elaboração do Mapa de Tesouraria integrante à Conta de Gerência.

3.3 Divisões Sub Regionais

3.3.1. Aveiro

Na Divisão Sub regional de Aveiro, as principais actividades realizadas durante 2007 podem sintetizar-se da seguinte forma:

1. Acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais (e Intermunicipal) de Ordenamento do Território;
2. Apreciação e propostas de parecer sobre localização de equipamentos desportivos de utilização colectiva;
3. Propostas de parecer sobre localização de estabelecimentos industriais;
4. Apoio e acompanhamento das candidaturas para participação de

- equipamentos de utilização colectiva dos PIDDAC da DGOTDU e da DGAL;
5. Apoio técnico às Autarquias na área do Ordenamento, Ambiente e recursos hídricos, através da realização de reuniões, sempre que solicitadas, para resolução de questões, diversas, em particular as relacionadas com acções pretendidas nas áreas sujeitas ao regime do Domínio Público Hídrico e Marítimo.
 6. Análise e licenciamento de processos de Utilização do Domínio hídrico, no âmbito das competências delegadas;
 7. Emissão de pareceres relativos a processos ambientais cuja competência para a emissão do parecer final ou de licenciamento é da competência das várias Direcções de Serviços;
 8. Realização de vistorias técnicas conjuntas que envolvem as Direcções Regionais da Economia e da Agricultura e Pescas, Câmaras Municipais, Delegações de Saúde e Inspecção-Geral do Trabalho, designadamente nos processos relativos às empresas industriais e às agro-pecuárias.
 9. Inventariação de danos causados pela acção das inundações que ciclicamente ocorrem bem como na avaliação dos custos das reparações marginais das linhas de água;
 10. Recolha de amostras de águas balneares (marítimas e fluviais), piscícolas e da rede de qualidade da água para análise laboratorial;
 11. Averiguação e resposta às inúmeras reclamações que diariamente chegam à Divisão;
 12. Atendimento personalizado ao público, de forma a proporcionar um melhor esclarecimento aos utentes;
 13. Acções de fiscalização, por vezes com o apoio da GNR, da Brigada Fiscal da GNR, ou da Polícia Marítima, forças com as quais a Divisão mantém um excelente relacionamento e interacção, nomeadamente em situações irregulares de extracção de inertes e no transporte de resíduos perigosos;
 14. Levantamento de Autos de Notícia, Embargo, Incumprimento de Embargo,

- Apreensão e de Selagem;
15. Recolhas de amostras de águas residuais e de lamas para análise laboratorial;
 16. Colaboração na instrução de alguns processos de contra-ordenação, na audição de testemunhas e na defesa dos mesmos em Tribunal;
 17. Colaboração e apoio no âmbito do acompanhamento das obras de defesa da orla marítima e na realização das vistorias aos apoios de praia;
 18. Colaboração e apoio no âmbito das vistorias técnicas às indústrias, agropecuárias e na fiscalização de operações clandestinas de resíduos;
 19. Licenciamento do Domínio Público Marítimo – Ria de Aveiro.

Para a realização destas actividades, a Divisão contou com a colaboração de 6 técnicos superiores (incluindo o chefe de divisão); 1 técnicos, 3 técnico profissionais de desenho e topografia; 2 técnico profissional e vigilantes da natureza; e 3 administrativos e auxiliar.

O quadro seguinte quantifica as actividades realizadas:

Actividade	Nº	Obs.
1-Acompanhamento da Revisão dos Planos Directores Municipais e elaboração de Plano Intermunicipal	13	nº de processos
- PU e PP (nº de processos).	26	
2-Apreciação e propostas de parecer sobre localização de estabelecimentos EQT/EQU/EPT/CCC	24	
3- Propostas de parecer sobre localização de estabelecimentos industriais	43	
4- Apoio e acompanhamento das candidaturas para comparticipação de equipamentos de utilização colectiva dos PIDDAC da DGOTDU e da DGAL	31	
5- Apoio técnico às Autarquias na área do Ordenamento e Ambiente	Muito frequente	Não quantificável. Utilização de contactos informais, telefónicos, E.Mail, etc.
6- Análise e licenciamento de processos de Utilização do Domínio hídrico, no âmbito das competências delegadas	336	
- Alvarás de licença UDH, emitidos	290	
7 -Emissão de pareceres relativos a processos ambientais e Recursos hídricos, cuja competência para a emissão do	327	

parecer final ou de licenciamento é da competência das várias Direcções de Serviços		
8- Colaboração e apoio no âmbito das vistorias técnicas às indústrias, agro-pecuárias e na fiscalização de operações clandestinas de resíduos;	121	
9- Inventariação de danos causados pela acção das inundações bem como na avaliação dos custos das reparações marginais das linhas de água;	16	
10- Recolha de amostras de águas balneares (marítimas e fluviais), piscícolas e da rede de qualidade da água para análise laboratorial	168	
11-Averiguação e resposta às inúmeras reclamações que diariamente chegam à Divisão	650	
12- Atendimento personalizado ao público, de forma a proporcionar um melhor esclarecimento aos utentes	obs	Não quantificável. Atendimento permanente e de elevada utilização.
13-Acções de fiscalização, por vezes com o apoio da GNR, da Brigada Fiscal da GNR, ou da Polícia Marítima, forças com as quais a Divisão mantém um excelente relacionamento e interacção, nomeadamente em situações irregulares de extracção de inertes e no transporte de resíduos perigosos	48	
14- Levantamento de Autos de Notícia, Embargo, Incumprimento de Embargo, Apreensão e de Selagem	33	
15- Recolhas de amostras de águas residuais e de lamas para análise laboratorial	10	
15- Colaboração na instrução de alguns processos de contra-ordenação, na audição de testemunhas e na defesa dos mesmos em Tribunal	16	
16- Colaboração e apoio no âmbito do acompanhamento das obras de defesa da orla marítima e na realização das vistorias aos apoios de praia	5	
17- Licenciamento do Domínio Público Marítimo – Ria de Aveiro (Licenças e averbamentos)	102	
Documentos diversos		
a- Documentos entrados	4124	
b- Novos processos	761	
c- Ofícios e Notas de Serviço, emitidos (incluindo 381 da área da Ria)	2669	
d- Informações emitidas (incluindo 11 2 da área da Ria)	383	
e) Autos de Notícia de outras Entidades	147	
f) Guias emitidas	448	
		<u>Montante : €93 326,58</u>

3.3.2. Castelo Branco

Com este sucinto Relatório de Actividades da Divisão Sub-Regional de Castelo Branco (DSRCB) relativo ao ano de 2007 procura-se fixar o resultado da apreciação da acção da DSRCB no âmbito das diversas intervenções resultantes da prática diária, quantificando-as quanto às principais actividades desenvolvidas, procedendo-se à sua análise crítica e à identificação dos principais factores que afectaram o desempenho alcançado.

Actividades Realizadas em 2007

As diversas actividades desenvolvidas pela DSRCB ao longo de 2007 são elencadas no quadro I, que vai organizado de forma sintética e quantificada, sendo de assinalar um ligeiro decréscimo (15%) em relação ao ano anterior.

No quadro 2 é apresentado uma lista de outros dados gerais referentes à actividade da DSRCB em 2007, onde, com excepção dos Autos de Notícia e da Receita, se aprecia um incremento global dos registos.

Balanço da Actividade

A actividade o ano de 2007 foi caracterizado pela orientação dirigida ao cumprimento dos seguintes Objectivos, os quais se consideram satisfatoriamente atingidos:

- Melhoria dos modos de funcionamento de modo a reforçar os níveis de rapidez e qualidade do serviço prestado a todos os utentes, reforçando o grau de proximidade, de dedicação e de transparência nas relações com eles estabelecidas;
- Reforço dos níveis de motivação, envolvimento e satisfação dos colaboradores, reforçando a gestão e circulação do conhecimento e desenvolvendo práticas de reflexão e análise dos resultados das actividades desenvolvidas;
- Promoção da qualidade ambiental incrementando o controle de impactes ambientais e a protecção e valorização dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;

- Promoção da qualificação do ordenamento do território pelo adequado acompanhamento da revisão em curso dos Planos Directores Municipais e da elaboração de outros Planos Municipais de Ordenamento do Território de nível inferior.

Constrangimentos

A actividade o ano de 2007, e à semelhança dos anos anteriores, foi fortemente constrangida pela escassez e precariedade de meios de transporte, de equipamentos, de ferramentas de trabalho com base em Sistemas de Informação Geográfica, etc. Permaneceu igualmente a situação deficitária em termos de meios humanos.

Por outro lado, e também na perspectiva da promoção do desempenho dos serviços, continua a evidenciar-se a necessidade da efectiva instituição da prática de reflexões conjuntas entre a(s) DSR e os serviços com que nos interligamos funcionalmente de forma mais próxima, de modo a adequar procedimentos, divulgar boas práticas e uniformizar critérios de actuação.

Quadro 1 - Actividades realizadas em 2007

Nome da Actividade	Nº
a) Apreciação de Candidaturas - Programa Equipamentos – SP1	2
b) Apreciação de Candidaturas - Programa Equipamentos – SP2	13
c) Programa Equipamentos - Emissão de Pareceres	17
d) Programa Equipamentos - Propostas de Processamento de Encargos	18
e) Avaliação de Impacte Ambiental - Emissão de pareceres p/ DAA	4
f) Parecer sobre Localização de Empreendimentos Turísticos	8
g) Parecer sobre Localização de Suiniculturas	9
h) Parecer sobre Edificações em área abrangida por Medidas Preventivas	30
i) Parecer sobre Localização de Estabelecimentos Industriais	7
j) Parecer sobre Localização de Unidades Comerciais	2
k) Parecer sobre REN - Regime de Excepções	44
l) Apreciação de reclamações no âmbito do Ordenamento do Território	7
m) Fiscalização - Autos de Notícia lavrados	33
n) Licenciamento UDH - Alvarás de Licença emitidos	310
o) Licenciamento UDH - Declarações emitidas	26
p) Licenciamento UDH - Processos informados	398
q) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PDM	9
r) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PU	2
s) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PP	22
t) Acompanhamento Medidas Preventivas / Suspensão de PMOT	3
u) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PEOT	1
v) Vistorias Estabelecimentos Industriais	10
x) Reuniões de Comissões Mistas de Coordenação – PDM / PEOT	4
TOTAL	979

Quadro 2 - Outros dados

Registo de Saídas	Informações Técnicas	571
	Ofícios	2.203
	Notas de Serviço	1.914
	Mensagens de Serviço	267
	Fax	13
	Autos de Notícia	33
Outros Registos	Entradas de Correspondência	3.792
	Alvarás de Licença Emitidos (Total)	310
	Declarações UDH Emitidas (Total)	26
	Processos Abertos (Total)	491
	Processos Abertos (JRE – Reclamações)	39
	Processos Abertos (Ambiente)	359
	Processos Abertos (Ordenamento do Território)	93
	Certificados de Matrícula de Embarcações Emitidos	57
Contra-Ordenação	Processos Abertos	133
	Processos de Inquirição de Testemunhas	14
	Registos de Declarações	41
Registo Financeiro	Valor – Guias de Receita Cobradas	110.956 € 140.948,78

3.3.3. Guarda

As actividades desenvolvidas pela DSR da Guarda são a seguir referidas por grandes áreas de actuação e no quadro junto apresentam-se alguns dados quantitativos referentes a estas actividades.

Ordenamento, em colaboração com Direcção de Serviços de Ordenamento do Território:

- Acompanhar e implementar os instrumentos de gestão territorial (PMOT), nomeadamente: (i) apoiar as Câmaras Municipais na elaboração e alteração, revisão e execução dos seus Planos Directores Municipais; (ii) acompanhar e dinamizar o processo de elaboração, alteração, revisão e execução dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor; (iii) avaliar e emitir parecer sobre a

compatibilização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) com os instrumentos de ordem superior e com as políticas sectoriais;

- (Recursos humanos utilizados: 3 Técnicos Superiores e 1 Administrativo, todos a tempo parcial)
- Acompanhar o processo de Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE);
- Apreciar e emitir pareceres sobre acções que se pretendem implementar em área abrangida pelo regime de Reserva Ecológica Nacional (REN), incluindo a apreciação de processos de Reconhecimento de Interesse Público;
- Informar e apreciar processos em matéria do uso do solo, ocupação e transformação do território, nomeadamente: pareceres, certidões e autorizações quanto à localização de empreendimentos turísticos, instalações desportivas especializadas, estabelecimentos industriais, localização de pesquisa ou de exploração de massas minerais (pedreiras), áreas comerciais de dimensão relevante, exploração suinícola e outros;
- Atender, analisar e encaminhar reclamações
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)

Acompanhamento de programas e projectos:

- **Em colaboração com a DSDR), nomeadamente a Divisão de Cooperação e Promoção (DCP)**
 - Acompanhar a execução física e financeira dos projectos financiados pelos eixos 1 e 2 do Programa Operacional do Centro;
 - Acompanhar a execução física e financeira dos projectos financiados pelo INTERREG III-A
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior, 1 Técnico Profissional e 1 Administrativo, todos a tempo parcial)

- **Em colaboração com a DSAJAL, nomeadamente a DCTF**

- Analisar e acompanhar os processos de candidaturas no âmbito de Contratos-Programa;
 - (Recursos humanos utilizados: Os Técnicos Superiores, para uma análise nas diferentes áreas, todos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira dos Contratos-programa;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior, 1 Técnico Profissional e 1 Administrativo, todos a tempo parcial)
- Analisar e acompanhar os processos de candidaturas ao Programa Equipamentos;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira do Programa Equipamentos – Sub-Programa 1 e 2;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira dos Protocolos de Modernização Administrativa com 22 Juntas de Freguesia do distrito da Guarda Promoção;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior, 1 Técnico Profissional e 1 Administrativo, todos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira do Programa de apoio às Bibliotecas Municipais;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira dos contratos celebrados no âmbito do PRAUD - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas;

- (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)
- Acompanhar a execução física e financeira dos contratos celebrados no âmbito do PQAUP - Programa de Qualificação de Áreas de Uso Público;
 - (Recursos humanos utilizados: 1 Técnico Superior e 1 Administrativo, ambos a tempo parcial)
- **Em colaboração com a DSA, a DSAI, a DSAJAL e a Direcção de Serviços de Fiscalização (DSF)**
 - Realizar acções de fiscalização no âmbito da legislação em vigor sobre conservação da natureza, ambiente e ordenamento do território;
 - Proceder ao levantamento de processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor em matéria conservação da natureza, ambiente e ordenamento do território
 - Realizar acções de fiscalização no âmbito da legislação em vigor em matéria de recursos hídricos;
 - Proceder ao levantamento de processos de contra-ordenação por infracções à legislação em vigor em matéria de recursos hídricos;
 - Participar, sempre que solicitado, com as diversas Direcções de Serviços da CCDRC, em acções conjuntas no âmbito da aplicação da legislação em vigor sobre ordenamento do território e de salvaguarda de recursos e valores ambientais.

Ambiente, em colaboração com Direcção de Serviços de Águas Interiores (DSAI), no âmbito dos recursos hídricos:

- Apreciar tecnicamente, emitir pareceres e proceder ao licenciamento de ocupações, construções e de outras utilizações de recursos hídricos, dentro das competências da DSR;
- Apreciar tecnicamente e emitir pareceres para posterior licenciamento, por parte da DSAI, de ocupações, construções e de outras utilizações de recursos hídricos;

- Elaborar informação para posterior licenciamento, pela DSAI, de pesquisa e captação de águas subterrâneas;
- Acompanhar as acções de limpeza, desobstrução, regularização e valorização da rede hidrográfica;
- Apreciar tecnicamente, emitir pareceres e proceder ao licenciamento de descargas de águas residuais domésticas (até 100 habitantes equivalentes);
- Atender, analisar e encaminhar reclamações;
- Recolher amostras de águas de superfície e de albufeira para análises físico-químicas e microbiológicas.
 - (Recursos humanos utilizados: 2 Técnicos Superiores, 2 Vigilantes da Natureza Administrativo, 2 Técnicos profissionais e 2 Administrativos, todos a tempo parcial)

Actividades realizadas em 2007

Nome da Actividade	Nº	Peso
a) Apreciação de Candidaturas – Programa Equipamentos – SP1	0	0,00%
b) Apreciação de Candidaturas - Programa Equipamentos – SP2	13	1,09%
c) Programa Equipamentos - Emissão de Pareceres	23	1,94%
d) Programa Equipamentos - Propostas de Processamento de Encargos – SP1	6	0,51%
e) Programa Equipamentos - Propostas de Processamento de Encargos – SP2	9	0,76%
f) Avaliação de Impacte Ambiental - Emissão de pareceres	6	0,51%
g) Parecer sobre Localização de Empreendimentos Turísticos	5	0,42%
h) Parecer sobre Localização de Suiniculturas	2	0,17%
i) Parecer sobre Edificações em zonas de Protecção de Albufeiras	6	0,51%
j) Parecer sobre Localização de Estabelecimentos Industriais e Pedreiras	6	0,51%
k) Parecer sobre Localização de Unidades Comerciais	1	0,08%
l) Parecer sobre REN - Regime de Excepções	39	3,28%
m) Apreciação de reclamações no âmbito do Ordenamento do Território	5	0,42%
n) Fiscalização - Autos de Notícia lavrados	21	1,77%
o) Licenciamento UDH - Alvarás de Licença emitidos	317	26,68%
p) Licenciamento UDH - Declarações emitidas	33	2,78%
q) Licenciamento UDH - Processos informados	420	35,35%
r) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PDM	10	0,84%

s) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PU	4	0,34%
t) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PMOT – PP	8	0,67%
u) Acompanhamento Medidas Preventivas / Suspensão de PMOT	0	0,00%
v) Acompanhamento elaboração / revisão / alteração PEOT	2	0,17%
w) Vistorias Estabelecimentos Industriais	3	0,25%
x) Reuniões de Comissões Mistas de Coordenação – PDM / PEOT	6	0,51%
y) Rede das Bibliotecas Municipais – Apreciação de pedidos de pagamento	7	0,59%
z) Verificação de Alvarás de Loteamentos	18	1,52%
aa) Informação prévia de Aproveitamentos Hidroeléctricos	1	0,08%
ab) Apreciação de Candidaturas PO - Eixo II	2	0,17%
ac) Apreciação de Candidaturas - Interreg III A	1	0,08%
ad) Acompanhamento Físico PO - Eixo I	32	2,69%
ae) Acompanhamento Físico PO - Eixo II	43	3,62%
af) Acompanhamento Físico Interreg III A	6	0,51%
ag) Acompanhamento Físico Contratos Programa	10	0,84%
ah) Execução Financeira PO - Eixo I	42	3,54%
ai) Execução Financeira PO - Eixo II	46	3,87%
aj) Execução Financeira Interreg III A	7	0,59%
ak) Execução Financeira Contratos Programa	4	0,34%
al) Protocolos de Modernização Administrativa das Juntas de Freguesia (PMA's)	24	2,02%
Total	1188	100%

3.3.4. Leiria

As diversas actividades desenvolvidas pela DSR de Leiria ao longo de 2007 são referidas por grandes áreas de actuação e no quadro junto apresentam-se alguns dados quantitativos referentes a estas actividades.

Área de Ordenamento do Território / Estruturação Urbana e Planeamento

– Emissões de pareceres respeitantes a pedidos no âmbito do uso, ocupação e transformação do território, nomeadamente sobre localizações de estabelecimentos industriais, de explorações de massas minerais, de empreendimentos turísticos e desportivos, de explorações e entrepostos de suínos, de explorações de bovinos, de conjuntos comerciais, bem como sobre operações de loteamento em área não abrangida por plano municipal de

ordenamento do território, alvarás de loteamento, cemitérios (autos de vistorias e respectivas homologações), edificações situadas em zonas de protecção de edifícios públicos, obras situadas nas zonas de protecção de albufeiras classificadas, obras particulares abrangidas por medidas preventivas que obriguem à consulta da CCDRC, desafecções do regime florestal total, reclamações diversas e, no âmbito do regime da Reserva Ecológica Nacional (REN), sobre pedidos com vista ao reconhecimento de interesse público ou à emissão de autorização da CCDRC.

- Emissão de pareceres quanto à componente do território (compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial, servidões administrativas e restrições de utilidade pública e outras normas com incidência no território), no âmbito dos processos de avaliação de impacto ambiental, de licenciamento ambiental e de licenciamento de operações de gestão de resíduos.
- Análise e elaboração de pareceres sobre pedidos de esclarecimentos efectuados pelas Câmaras Municipais, em particular no que concerne à aplicação de regulamentos de PMOT e reservas e servidões.
- Colaboração em contributos solicitados à CCDRC, nomeadamente sobre propostas para actualização do livro “Vocabulário do Ordenamento do Território”.
- Representação da CCDRC, na qualidade de Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT).
- Acompanhamento dos estudos do Modelo de Gestão do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Lis.

Área de Equipamento

Colaboração na organização de candidaturas ao PIDDAC. Acompanhamento físico e fiscalização técnica de obras de equipamento de utilização colectiva, promovidas por instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos, financiadas pelo Estado, tendo em vista o processamento das prestações de subsídios – actividade realizada até 31 de Agosto de 2007.

Área Ambiental: Emissão de pareceres, autorizações, declarações, licenças e revalidações no âmbito do Domínio Hídrico, relativas a obras temporárias, construções, passagens hidráulicas, manilamentos ou coberturas até 30 metros, charcas obtidas por escavação sem barragens e sem produção de inertes comercializáveis, navegações sem finalidade marítimo-turística, registo de embarcações, sementeiras, plantações e corte de árvores, obras de descarga de águas pluviais, pequenos açudes e respectivas recuperações, pontes de madeira e pontões até 6 metros de vão único e respectivas alterações/ reparações, captações de águas superficiais, obras de captação de águas superficiais, alterações de traçados e reparações do leito e limpezas e desobstruções de linhas de água, competições desportivas, flutuações e estruturas flutuantes, descargas de águas residuais domésticas e emissões de declarações de não utilização do domínio hídrico por lançamento de águas residuais em colectores de drenagem públicos.

Informações de reclamações muito diversas sobre matérias ambientais relacionadas com ruído, poluição atmosférica, resíduos, e domínio hídrico. Fiscalização em relação à publicidade ao longo das E.N.

Colaboração na instrução de processos de contra-ordenação por infracção à legislação ambiental em vigor.

Participação em diversas vistorias e acções de fiscalização a unidades industriais e pecuárias, decorrentes quer dos regimes de licenciamento destas, quer de problemas de poluição.

Realização de colheitas, programadas, de águas dos rios tendo em vista a realização de análises efectuadas pelo Laboratório da CCDRC.

Actividade	N.º
Documentos entrados	406 5
Novos Processos	680
Ofícios/ Mensagens enviados	254 5

Informações	699
Alvarás de licença de UDH emitidos pela DSR	231
Vistorias de colaboração. c/ entidades	20
Vistorias no âmbito do licenciamento industrial	15
Reuniões no âmbito do art.º 24º do RELAI – D.R. n.º 8/2003 (com elaboração de respectivas actas)	24
Reuniões diversas (com CM e outras Entidades; na CCDRC): PMOT	25
Reuniões diversas (colaboração com outras entidades):	20
Autos de notícia levantados	98
Audição de testemunhas no âmbito de processos de contra-ordenação	164
Colheitas: programadas - rios	132
acções de fiscalização	12
Acompanhamento de PDM	
Em revisão	8
Alterações	2
Medidas Preventivas	3
Acompanhamento de PU	11
Acompanhamento de PP	14
Acompanhamento de PEOT	1

3.3.5. Viseu

A nova Lei Orgânica não trouxe alterações significativas às principais actividades desenvolvidas nesta Divisão Sub-Regional, tendo apenas sido transferido do GAT de Viseu os processos referentes ao acompanhamento físico e financeiro dos Contratos-Programa estabelecidos entre as Autarquias e a D.G.A.L. Assim, esta Divisão Sub-Regional desenvolveu as seguintes actividades principais:

1 – Acompanhamento de projectos e programas

1.1 – Acompanhamento do processo de candidatura e de execução de obras financiadas no âmbito do Programa Equipamentos de Utilização Colectiva (SP1/DGOTDU e SP2/DGAL);

1.2 – Acompanhamento físico e financeiro dos Contratos-Programa celebrados entre as Autarquias e a DGAL.

2 – Acompanhamento da elaboração da alteração e da revisão dos PMOT

2.1 – Planos Directores Municipais

2.2 – Planos de Urbanização

2.3 – Planos de Pormenor

3 – Vigilância e Fiscalização

3.1 – Acções de Vigilância sobre o cumprimento de legislação e regulamentação aplicáveis nas áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território, com a elaboração de relatórios, informações e levantamento de Autos de Notícia.

3.2 – Informação de reclamações e exposições

4 – Apreciação e Emissão de Pareceres

4.1 – Acções incluídas na REN sujeitas à autorização da CCDRC

4.2 – Pesquisa/exploração de massas minerais-pedreiras

4.3 – Instalações Desportivas de Uso Público

4.4 – Empreendimentos Turísticos

4.5 – Florestação, reflorestação e exploração florestal.

4.6 – Instalação e modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho c/área de venda \geq 2000 m² e Instalação de Conjuntos Comerciais

4.7 – Instalação ou alteração/ampliação de Estabelecimentos Industriais

4.8 – Construção, ampliação das medidas preventivas

4.9 – Pareceres no âmbito das medidas preventivas

4.10 – Operações de gestão de resíduos

4.11 – AIA na vertente do Ordenamento do Território

4.12 – Desafecções de áreas submetidas ao regime Florestal

4.13 – Reclamações e exposições

5 – Domínio Hídrico/Recursos Hídricos

5-1 – Apreciação de pedidos e emissão de Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos:

- captação de águas;
- rejeição de águas residuais
- infra-estruturas hidráulicas;
- limpeza e desobstrução de linhas de água;
- extracção de inertes;
- construções;
- registo e revalidação de embarcações;
- sementeira, plantação e corte de árvores.

5-2 – Recolha mensal de amostras de água com vista ao controle da qualidade das águas piscícolas e de consumo humano.

5-3 - Apreciação e informações sobre reclamações e exposições.

Actividades realizadas em 2007

Actividade	Nº (concluídas em 07)
Notas de Serviço recebidas	533
Mensagens recebidas	10
Protocolo recebidos	30
FAX recebidos/FAX emitidos	20/49

Ofícios recebidos	452
Requerimentos recebidos	661
Exposição recebidas	37
Reclamações recebidas	33
Cartas recebidas	132
Notas de serviço expedidas	929
Ofícios expedidos	2372
Informações expedidas	93
Alvarás de Licenças expedidas	192
Informação/pareceres sobre PUs	1
Informação/pareceres sobre PPs	6
Informação/pareceres sobre o domínio hídrico	10
Informação/pareceres n.e.	21
Informação/pareceres sobre construção n.e.	1
Informação/pareceres de localização de indústrias	23
Informação/pareceres de localização de unidades comerciais	5
Informação/pareceres de localização de pedreiras	1
Informação/pareceres sobre a localização de equipamentos desportivos, recreativos e de lazer	5
Informação/pareceres sobre loteamentos	2
Análise de processos de candidatura ao Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva (SP 1 e SP 2)	24
Acompanhamento de obras objecto de contrato de financiamento do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva do SP 1	2
Acompanhamento de obras objecto de contrato de financiamento do Programa de Equipamentos de Utilização Colectiva do SP 2	20
Informação/pareceres sobre Equipamentos de Utilização Colectiva, SP 1	2
Acompanhamento de obras objecto de Contrato – Programa (Autarquias /DGAL)	19
Informação/pareceres sobre PDMs em revisão	3

Apreciação e informação de reclamações	28
Vistoria de terrenos para implantação de cemitérios	1
Recepção e tratamento para fins estatísticos de alvarás de loteamento	71
Participação em vistorias conjuntas a estabelecimentos industriais	49
Informação/pareceres sobre a REN	20
Recolha de águas para análise no laboratório (RQAs)	240
Recolha de águas em acções de fiscalização para análise no laboratório (águas residuais)	10
Autos de Notícia levantados	44
Receitas cobradas	94 458,64€

3.4 PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

No âmbito das competências desta unidade orgânica, cuja principal atribuição é a coordenação técnica e operacional do PROTC foram realizadas as seguintes actividades:

1. Preparação técnica e logística das reuniões exigidas quer pela elaboração dos dossiers técnicos, elaborados pelas várias equipas, nos vários domínios de análise do PROT, quer pelo acompanhamento da elaboração do plano por parte da Comissão Mista de Coordenação (CMC) do PROT C, previstas no respectivo regulamento. Foram realizadas as seguintes reuniões:
 - Dez reuniões de equipa
 - Seis reuniões de trabalho com vários organismos da administração directa e indirecta do Estado
 - Duas reuniões plenárias da CMC
 - Quatro reuniões sectoriais da CMC: Inovação e Competitividade, Acessibilidades, Sistema Urbano e Ambiente e Unidades de Paisagem
 - Quatro reuniões territoriais da CMC: Beira Interior, Pinhal Interior, Dão Lafões/Serra da Estrela e Centro Litoral

Para permitir o aprofundamento de alguns temas de especial relevância para a região e o envolvimento de personalidades e actores regionais não representados na CMC, foram ainda realizados um exercício de prospectiva, 2 workshops e 2 seminários:

- Seminário “A Ruralidade do Futuro e o Ordenamento do Território”, Pampilhosa da Serra, Julho 2007 (a organização deste seminário foi da responsabilidade da DSDR embora no âmbito da colaboração desta direcção de serviços no processo de elaboração do PROT C)
- Exercício de Prospectiva Regional - Região Centro, 2020, Termas da Cúria, Setembro de 2007
- Problemas e Soluções de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte em Áreas Rurais de Baixa Densidade, Coimbra, Dezembro de 2007
- Estruturação e Montagem de Sistemas Intermunicipais de Transporte Público, Coimbra, Dezembro de 2007
- Seminário “Oportunidades e Potencialidades de Dinamização das Infra-Estruturas Regionais de Transporte Aéreo”, Coimbra, Dezembro de 2007

2. Coordenação do acompanhamento técnico do plano

Coordenação, nos termos definidos pela vice-presidência, do acompanhamento técnico da elaboração dos dossiers de fundamentação técnica, por domínio de análise, e dos relatórios síntese previstos na calendarização do PROTC. Foram apresentados à CMC os seguintes relatórios síntese:

- Diagnóstico e contributos para uma visão estratégica territorializada da região Centro (Fevereiro de 2007):
 - Vol. I _ Factores estruturais e dinâmicas de evolução tendencial do modelo territorial da região Centro
 - Vol. II: Visão e opções Estratégicas de suporte à proposta de Modelo Territorial

- Proposta Preliminar de Modelo Territorial (Junho de 2007)

3. Diversos

Preparação das aquisições de serviços relativos ao “Estudo Temático sobre Mobilidades, Acessibilidades e Transportes” e à “Avaliação Ambiental Estratégica do PROTC”.

Participação em reuniões, na SEOTC e na DGOTDU, de orientação dos vários PROT.

Representação da CCDRC nas Comissões Mistas de Coordenação dos PROT OVT, do PROT Alentejo e do PROT Norte.

Na medida em que, com a nova orgânica, a Divisão de Acompanhamento das Dinâmicas Territoriais foi extinta, uma das competências desta Divisão foi assegurada no âmbito desta Unidade (dado tratar-se de uma actividade em encerramento): acompanhamento dos projectos de URBCOM. Neste âmbito, a actividade desenvolvida teve como objectivo assegurar, no quadro da legislação em vigor, o acompanhamento da vertente municipal de 11 Projectos de Urbanismo Comercial financiados pelo Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME).

3.5 Unidades Operacionais transitórias (até à data de cessação do regime de instalação das Administrações de Região Hidrográfica)

3.5.1. Direcção de Serviços de Águas Interiores

Divisão de Recursos Hídricos

As principais actividades desta divisão, em 2007, podem resumir-se como segue:

Actividades	Nº
Licenciamento de utilização do Domínio Hídrico (águas superficiais e subterrâneas) e grandes grupos:	
• Águas residuais urbanas	1208
• Águas residuais agro-alimentares	17

• Águas residuais agro-pecuárias	832
• Águas residuais industriais comercio	92
• Águas residuais industriais	46
• Captações	
• Outras (praias fluviais, infra-estruturas, construções, ...)	390
Atendimento ao público	900
Análise de reclamações e pareceres	140
Apreciação de auto-controlo	1200
Licenciamento da actividade de sondador de águas subterrâneas	30
Fiscalização técnica de Títulos	150
Readaptação de procedimentos	3
Colaboração com INAG na adaptação da nova legislação	10
Participação em Comissões de Acompanhamento	3
Participação em avaliação de EIA e LA	50
Licenciamento e acompanhamento de Aproveitamentos Hidroeléctricos	39

Divisão de Informação e Monitorização

Nesta Divisão, o quadro seguinte sintetiza as principais actividades realizadas durante o ano de 2007.

Actividades	Nº
Resposta a pedidos de informação geográfica	11
Divulgação de informação (Info-email)	48
Disponibilização de informação no Portal da CCDRC	
Orientação de estágios curriculares	2
Implementação do sistema de gestão de processos e documentação	
Reclassificação de processos	7500
Monitorização quantitativa de águas superficiais e subterrâneas	850

Estudos batimétricos na rede hidrográfica	33
Monitorização qualitativa de águas superficiais e subterrâneas	3700
Participação em ensaios inter-laboratoriais	17
Finalização do processo de acreditação do Laboratório	
Participação em auditorias internas	3
Carregamento e desenvolvimento de bases dados	
Gestão da rede e parque informático	
Manutenção de rede hidrometeorológica	176

Gabinete Jurídico e de Fiscalização

Actividades	Nº
Informação de processos de contra-ordenação	509
Processos decididos	772
Notificações	3118
Remessa a execução jurídica	72
Encaminhamento de recursos a tribunal	49
Pareceres	83
Cobrança por guias	191 056,09€
Ações de fiscalização	200
Divulgação de editais e ações sobre limpeza de linhas de água e suas margens	

3.5.2. Direcção de Serviços do Litoral

A DSL, no âmbito do licenciamento e fiscalização, desenvolveu as seguintes actividades:

Actividades	Nº
<u>Licenciamento de actividades diversas no Domínio Público Marítimo</u>	
Licenças de equipamentos e apoios de praia	17
Licenças provisórias para construção de equipamentos e apoios de praia	19

Averbamentos às Licenças	9
Licenças/ Autorizações para ocupações sazonais do DPM	1
Autorizações de acesso ao litoral (D.L. 218/95 de 26 de Agosto)	3
<hr/>	
<u>Apreciação de projectos e obras de equipamentos e apoios de praia</u>	
Apreciação de projectos de arquitectura dos apoios de equipamentos de praia	17
Implantação com GPS de novos equipamentos/apoios de praia	10
Vistorias	17
Concursos públicos de usos privativos do Domínio Público Marítimo	1
Emissão de pareceres no âmbito do POOC Ovar-Marinha Grande	45
Processos que envolveram clandestinos, processos de demolição de construções que estejam em violação do regime legal em vigor	10
Acompanhamento de processos de Delimitação do Domínio Público Marítimo da iniciativa do INAG	4
Acompanhamentos da evolução da linha de costa e obras de defesa costeira e elaboração de relatórios ao INAG e tutela em função da agitação marítima e dos estragos registados	1
Estudos e Projectos e Candidaturas ao QCA III	5
Bandeira Azul e outras acções de sensibilização e apoio às praias	19
Produção de Informação Geográfica e carregamento de dados	137

No âmbito das infra-estruturas, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Actividades	Nº
Empreitadas no Litoral , que envolveram execução de projecto, lançamento do concurso, elaboração de candidatura ao QCAIII, acompanhamento, fiscalização, execução, respectivos autos de medições e pedidos de pagamentos	3
Coordenação de Contratos Programa em colaboração com o INAG, celebrados com diversas Autarquias da Região Centro	11
Empreitadas no âmbito da Reabilitação da Rede Hidrográfica que envolveram execução de projecto, lançamento do concurso, elaboração de candidatura ao QCAIII, acompanhamento, fiscalização, execução, respectivos autos de medições	5
Emissão de pareceres sobre projectos de saneamento básico e obras hidráulica	70

Acompanhamento de obra e apetrechamento das instalações na ex-fabrica dos Mirandas e arquivos da Cioga e Quinhendros	1
Trabalhos desenvolvidos pelo Pessoal do Baixo Mondego	Plantação de 2000 árvores
Apoio transversal técnico e de topografia aos serviços interessados	30

4. Recursos

4.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos de que a CCDR dispôs em 2007 para o desenvolvimento das actividades atrás descritas podem ser resumidamente apresentados nos quadros seguintes, que permitem fazer uma fotografia deste fundamental recurso tendo em atenção a categoria, a natureza do vínculo, a escolaridade e o sexo.

Efectivos, por grupo de pessoal, segundo a relação jurídica de emprego e o sexo

		Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Total de efectivos	H	21	62	7	52	8	14	5	169
	M	19	60	7	16	63	7	0	172
	T	40	122	14	68	71	21	5	341
Nomeação	H	14	57	6	51	7	14	5	154
	M	15	49	7	15	61	7	0	154
	T	29	106	13	66	68	21	5	308
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H		5	1	1	1			8
	M		11	0	1	2			14
	T		16	1	2	3			22
Outras situações	H	7							7
	M	4							4
	T	11							11

Efectivos, por nível de escolaridade, segundo o sexo

	Homens	Mulheres	Total
Menos de 4 anos de escolaridade			
4 anos de escolaridade	10	8	18
6 anos de escolaridade	9	10	19
9 anos de escolaridade	26	37	63
11 anos de escolaridade	19	11	30
12 anos de escolaridade	15	20	35
Bacharelato ou curso superior	8	6	14
Licenciatura	73	81	154
Mestrado	5	1	6
Doutoramento	1	1	2
TOTAL	166	175	341

Faz sentido referir neste ponto o investimento que foi feito no capital humano da CCDRC, durante 2007, e que já foi desenvolvido no capítulo referente à DORH – Divisão de Organização e Recursos Humanos: formação e concursos de promoção.

4.2. Recursos Financeiros

1 – Receita

1.1 – Estrutura orçamental da receita global

Para efeito da elaboração do presente relatório, foram escolhidos alguns indicadores de gestão que reflectem a capacidade de realização dos serviços relativamente às dotações que foram atribuídas.

Em 2007 a composição da receita global do orçamento da CCDRC é a constante do Quadro I.

Quadro I

Designação	Valor	%
CCDRC	16.720.749,00	8,05
PIDDAC	6.946.969,00	3,34
Financiamento Comunitário	184.148.580,00	88,61
TOTAL	207.816.298,00	100,00

1.2 – Fontes de Financiamento

Constata-se da leitura do Quadro II que constituem fontes de financiamento da CCDRC as dotações atribuídas pelo orçamento de estado, as receitas próprias e ainda a dotação atribuída através do PIDDAC.

A receita total arrecadada foi de 23 667 718 € dos quais 3 218 217 € constituem receita própria e 6 946 969 € a dotação atribuída através do PIDDAC.

As receitas da Comissão para o orçamento de funcionamento transferidas do OE representam 70% do total da receita conforme consta do Quadro II, excluindo o PIDDAC.

Quadro II

Fontes de Financiamento	Financiamento	%
Dotações do O. E.	11.655.278,00	49,25
Receitas Próprias	3.218.217,00	13,60
FGM e CM	1.332.106,00	5,63
Exterior U.E. FEDER	433.140,00	1,83
Exterior U.E. FSE	71.443,00	0,30
Transferências IEFP	10.565,00	0,04
Sub-Total	16.720.749,00	70,65
PIDDAC	6.946.969,00	29,35
TOTAL	23.667.718,00	100,00

1.3 – Receita Própria

Tendo em vista a análise da receita própria cobrada pela CCDRC, foi elaborado o Quadro III que reflecte os vários tipos de receita cobrada em 2007.

Quadro III

Designação	Valores 2007
Taxas s/ licenciamentos	176.251,00
Taxas Diversas	1.377.765,00
Multas e outras penalidades	175.791,00
Juros - Inst. Crédito	0,00
Publicações e Impressos	142,00
Serviços	985.468,00
Outras Receitas	2.822,00
Rep. N. abatidas nos pag.	5.981,00
Rep. N. abatidas nos pag. (RIME)	15.150,00
Saldo da Gerência Anterior	478.846,00
Total	3.218.216,00

2 – Despesa

2.1 – Execução Orçamental da despesa

Tendo em vista uma visão global da gestão orçamental foi elaborado o Quadro IV pelos diversos grupos de despesa, nomeadamente as despesas com pessoal,

despesas correntes e despesas de capital, bem como o grau de realização por cada um dos grandes grupos de despesa,

Da análise do Quadro IV há a referir que a despesa foi de 16 416 192 €, assim discriminado:

- Despesas com pessoal representam 93,8% da despesa total
- Despesas correntes representam 6,16%
- Despesas com investimento (Despesas de capital) representam 0,04%, tendo sido um valor bastante insignificante.

Quadro IV

Designação	CCDRC	GAT	Total
Despesas com Pessoal	12.786.425,00	2.611.182,00	15.397.607,00
Despesas Correntes	888.509,00	122.966,00	1.011.475,00
Despesas de Capital	2.029,00	5.081,00	7.110,00
Subtotal (Correntes + Capital)	890.538,00	128.047,00	1.018.585,00
Total	13.676.963,00	2.739.229,00	16.416.192,00

2.2 – PIDDAC

O acompanhamento da execução dos diversos programas/medidas/projectos respeitaram determinadas linhas de orientação, nomeadamente:

- Elaboração de relatórios, tendo em vista a apreciação global por parte dos coordenadores a nível nacional de cada medida;
- A execução realizada a nível de cada projecto;
- Apresentação da execução financeira relativa a todas as fontes de financiamento do PIDDAC.

A execução do PIDDAC, por Medidas, é apresentada no Quadro V, que permite concluir que a taxa global de execução do PIDDAC da CCDRC em 2007 se situou em 73%.

2.3 – Diversos

Um dos objectivos que norteou a actividade financeira desta Comissão, em 2007, foi o pagamento da dívida à Caixa Geral de Aposentações, a qual se reportava já ao momento da criação da CCDR, no ano de 2003. Este objectivo foi plenamente alcançado, o que permitiu entrar em 2008 sem qualquer dívida neste capítulo.

Um outro ponto que merece referência é o facto de, apesar das cativações sucessivas efectuadas no orçamento da Comissão, seja no orçamento de funcionamento, seja no Piddac, ter sido possível a concretização dos objectivos primordiais definidos para o ano. Contribuiu para esse facto o despacho autorizador para a isenção do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, tendo-se verificado, desta forma, uma execução financeira superior a 100% da verba inicialmente disponível.

Investimentos do plano - PIDDAC/2007

Quadro V

Medidas	OE	U.E. FEDER	U.E. FSE	REC. PROP.	Total	Despesa Acumulada	Taxa de execução
Novas capacidades Tec. Rac. Cust. Comunicações	157 543,00	172 248,00		47 653,00	377 444,00	243 340,00	64,47%
Grandes Ampliações e Apetrechamento das Instalações	581 501,00			370 000,00	951 501,00	938 043,00	98,59%
Conservação/Beneficiação de Bens e Equipamentos	85 510,00				85 510,00	78 555,00	91,87%
Desenvolvimento Comunitario e Equip. Colectivos	631 552,00	232 338,00		310 491,00	1 174 381,00	588 290,00	50,09%
Cidades, Adm. Local e Desenv. Regional	189 546,00	296 888,00		61 802,00	548 236,00	292 550,00	53,36%
Caracterização e Monot. Ambiental	155 350,00	463 183,00			618 533,00	544 592,00	88,05%
Gestão e ordenamento das bacias hidrográficas Zonas Costeiras	252 814,00	921 941,00			1 174 755,00	1 003 666,00	85,44%
Ordenamento do Território	77 105,00	56 678,00			133 783,00	75 530,00	56,46%
Assistencia Tecnica III QCA	506 336,00	985 140,00	154 788,00		1 646 264,00	1 294 932,00	78,66%
Qualificação e Valorização dos Recursos Humanos	11 562,00				11 562,00	7 200,00	62,27%
QREN	225 000,00				225 000,00		0,00%
TOTAL	2 873 819,00	3 128 416,00	154 788,00	789 946,00	6 946 969,00	5 066 698,00	72,93%

4.3. Recursos Patrimoniais

Relativamente aos recursos patrimoniais, em 2007 o dado mais significativo foi a conclusão da obra na ex-Fábrica dos Mirandas, em curso nos últimos anos, e que representou um enorme esforço financeiro por parte da CCDRC.

Tal vai permitir instalar os serviços que têm estado a funcionar em espaços arrendados e dispersos na cidade, com evidentes ganhos de eficiência e qualidade das condições de trabalho dos funcionários afectos a estas Unidades Orgânicas (que incluem as que foram criadas de forma transitória na CCDR, até à cessação do regime de instalação das ARH, ou seja, as que dizem respeito à gestão dos recursos hídricos e transitarão para o novo Instituto Público).

De referir, ainda, que foi feito um esforço no capítulo da manutenção e melhoria das condições de trabalho e funcionamento nas restantes instalações da CCDR, incluindo nas Divisões Sub-regionais.

Merece ainda particular referência, neste ponto, a frota automóvel. No final do ano, a frota da CCDRC era constituída por 95 viaturas, a maioria das quais com mais de 10 anos. Estas viaturas estão afectas aos serviços instalados na sede, aos demais serviços instalados em Coimbra, às Divisões Sub regionais e aos GAT (anda em funcionamento; os que estavam afectos aos GAT que foram encerrados, foram reafectados aos outros serviços, em função das suas necessidades).

O estado de envelhecimento e degradação deste parque automóvel é responsável pelo elevadíssimo nível do seu custo de manutenção e consumo de combustíveis: 1268€/viatura de custo médio de conservação e 1200l/viatura de consumo médio.

Por estas razões, e no quadro de um aumento de viaturas disponíveis (pelo encerramento de 10 dos 16 GAT em funcionamento na Região, no início do ano), foi dado início a um processo de selecção das viaturas em pior estado/com mais elevados custos de conservação e consumo para serem propostos para abate, na expectativa de que, na sequência deste processo, seja viável a obtenção da

necessária autorização para o reforço da frota com novas viaturas (seja por aquisição, seja pelo sistema de aluguer operacional).